



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE PEDAGOGIA**

**ANDREZA DA SILVA CONCEIÇÃO**

**DE MADAME A LITERATA: UM DIÁLOGO ENTRE [A] EDUCAÇÃO  
FEMININA E A *MULHER E A LITTERATURA* NO SÉCULO XIX**

Salvador  
2013

**ANDREZA DA SILVA CONCEIÇÃO**

**DE MADAME A LITERATA: UM DIÁLOGO ENTRE [A] EDUCAÇÃO  
FEMININA E A *MULHER E A LITTERATURA* NO SÉCULO XIX**

Monografia, apresentada ao Colegiado do Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Pedagoga.

Orientadora: Profa. Dra. Lícia Maria Freire Beltrão

Salvador  
2013

ANDREZA DA SILVA CONCEIÇÃO

**DE MADAME A LITERATA: UM DIÁLOGO ENTRE [A] EDUCAÇÃO  
FEMININA E A MULHER E A LITTERATURA NO SÉCULO XIX**

Monografia, apresentada ao Colegiado do Curso de Graduação - Licenciatura em Pedagogia, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Pedagoga.

Salvador, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013

**Banca Examinadora**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lícia Maria Freire Beltrão – Orientadora (FACED - UFBA)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Emília Helena Portella Monteiro de Souza (FACED - UFBA)

---

Prof. Dr. Gilberto Nazareno Telles Sobral (PPGEL – UNEB)

Ao afeto. Ao amor. À fé.  
A tudo que fortalece a vida.  
À minha mãe.  
A Deus.

A Deus, minha fonte de vida e libertação, pois minha fé Nele me fortalece todos os dias, acreditando em um mundo mais justo, mais humano e mais fraterno.

A Marivânia Mota, Daniela Torres, Camila Calazans, Daniela Sacramento, Taiane Brasileiro e outros tantos amigos, com os quais pude desfrutar momentos de descontração, aprendizado, motivação e amizade. E por desconsiderarem o estigma de que alunos remanescentes são preguiçosos ou desleixados, realizando comigo bons trabalhos escritos e orais, construindo, assim, uma amizade sólida e carinhosa.

À minha professora orientadora Lícia Beltrão, a quem eu chamo de “minha pró”, pela aceitação do meu projeto e por me permitir discutir na graduação um tema que me instigava há algum tempo. Sua orientação segura e competente, seu estímulo constante e testemunho de seriedade, permitiram-me concretizar este estudo. Foram valiosas suas contribuições para o meu crescimento. Esse não será o último agradecimento que farei a sua pessoa, pois lhe serei grata para sempre.

Aos meus pais, com um amor incondicional: à Dona Arlinda, por ser a razão do meu viver; ao meu pai, Senhor Armando Conceição, que, onde estiver, abençoa todos os meus caminhos,

**agradeço.**

*Um texto descoberto em um arquivo empoeirado não será bom e interessante, só porque foi escrito por uma mulher. É bom e interessante porque nos permite chegar a novas conclusões sobre a tradição literária das mulheres, saber mais sobre como as mulheres desde sempre enfrentaram seus temores, desejos e fantasias e também as estratégias que adotaram para se expressarem publicamente, apesar de seu confinamento ao pessoal e ao privado.*

(COELHO, 2005)

## RESUMO

Esse estudo monográfico apresenta um diálogo entre a educação feminina e dois textos publicados no jornal *Diário da Bahia* no ano de 1871: *A mulher e a litteratura*. Tal análise permitiu reconstituir um pensamento de uma época sobre a educação das mulheres, seus comportamentos e sua inserção no ambiente da leitura e escrita. Objetivou-se apresentar as ideias trazidas sobre a educação feminina no século XIX por meio de dois artigos jornalísticos, intitulados *A mulher e a litteratura*, divulgados no periódico *Diário da Bahia* no ano de 1871. Os documentos pertencem a um debate realizado no referido jornal durante cerca de três meses: um escrito por uma poetisa feminista baiana, Anna Autran; outro escrito por um escritor conservador, Belarmino Barreto. Os temas que atravessam os documentos dizem respeito à educação e à literatura feminina, bem como ao acesso à leitura e escrita pelas mulheres. À luz da Análise do Discurso de linha francesa, dispositivo teórico-metodológico dessa monografia, buscou-se analisar os objetos do estudo, permitindo considerar as condições de produção utilizadas como estratégias, pelos autores dos textos, como forma de defender suas ideias. Concluiu-se, com base nas leituras produzidas, que os dispositivos usados colaboraram para a compreensão do pensamento e do patrimônio escritural e cultural de uma época.

**Palavras-chave:** Educação. Mulher. Literatura. Análise do Discurso. Condições de produção.

## ABSTRACT

This monographic study presents a dialogue between female education and two texts published in *Diário da Bahia* in 1871: *A mulher e a litteratura*. This analysis allowed us to reconstruct a thought of a time on the education of women, their behaviors and their integration into the environment of reading and writing. The objective of presenting the ideas brought about female education in the nineteenth century by two newspaper articles, titled *A mulher e a litteratura*, published in the journal *Diário da Bahia* in 1871. The documents belong to a debate on the newspaper for about three months: one written by a feminist poet Bahia, Anna Autran, another written by a conservative writer, Bellarmine Barreto. The themes running through the documents relate to education and women's literature, as well as access to reading and writing by women. In light of Discourse Analysis of French line, theoretical-methodological device of this monograph, we sought to examine the objects of study, consider allowing the production conditions as strategies used by the authors of the texts as a way to defend their ideas. We conclude, based on the readings produced, the devices used to cooperating understanding of thought and scriptural and cultural heritage of an era.

**Keywords:** Education. Woman. Literature. Discourse Analysis. Production conditions.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

**Figura 1** Foto da coleção do Diário da Bahia correspondente ao ano 1871

**17**

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>PALAVRAS INICIAIS</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>UM MODO DE PESQUISAR: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES</b>	<b>14</b>
2.1	ANNA AUTRAN: MADAME E LITERATA	14
2.2	BELARMINO BARRETO: LEITOR, ESCRITOR, POLÊMICO	15
2.3	O DIÁRIO DA BAHIA	16
2.4	DO PERCURSO METODOLÓGICO	19
<b>3</b>	<b>UM RECONTO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E A MULHER NESSE PALCO</b>	<b>24</b>
3.1	SOBRE A ESCRITA FEMININA E O ACESSO AOS LIVROS	30
<b>4</b>	<b>OS OBJETOS DE ESTUDO: TRANSCRIÇÕES</b>	<b>34</b>
4.1	<i>A MULHER E A LITTERATURA</i> (ANNA AUTRAN)	35
4.2	<i>A MULHER E A LITTERATURA XVI</i> (BELARMINO BARRETO)	37
<b>5</b>	<b>OS CAMINHOS PARA A LEITURA E OUTRAS LEITURAS</b>	<b>42</b>
5.1	A ANÁLISE DO <i>CORPUS</i> : AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E O LUGAR DA INTERPRETAÇÃO	42
<b>6</b>	<b>PALAVRAS FINAIS</b>	<b>55</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>57</b>

## 1 PALAVRAS INICIAIS

As palavras que escolho para iniciar e compor esta monografia visam afirmar que caracterizo minha pesquisa como antiga, desde a busca pelo seu corpus à data de origem dos documentos que compõem o estudo: 1871. Meu interesse por estudar textos jornalísticos publicados em periódicos do século XIX nasceu do conhecimento do projeto institucional, *Edição e estudo de textos literários e não-literários baianos*, desenvolvido pelas professoras Dras. Rosa Borges dos Santos e Maria da Conceição Reis Teixeira, no Campus I da Universidade do Estado da Bahia, no ano de 2006. O conhecimento da proposta de trabalho da professora Maria da Conceição Reis Teixeira, com o sub-projeto intitulado *O Discurso Abolicionista no Diário da Bahia*, foi decisivo, sobretudo em favorecer experiência na área de pesquisa, no contato e no resgate de jornais do século XIX. A busca dos periódicos centrou-se no Acervo de Periódicos Raros da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, no qual os exemplares do jornal *Diário da Bahia* encontram-se em melhores condições de manuseio.

Durante o trabalho como bolsista, realizei a recolha e a transcrição dos textos referentes à abolição na tentativa de esclarecer o que representou o movimento abolicionista no estado da Bahia. O labor com os jornais do século XIX me oportunizou, como pesquisadora, contato com textos dos mais variados gêneros e compreender a importância capital dos periódicos como veículo difusor de conhecimento. Um dos textos que me chamaram atenção foi *A mulher e a literatura* que trata da participação da mulher no âmbito literário. No decorrer da pesquisa, foram localizadas apenas duas edições, as publicadas em: 02 de outubro e 08 de outubro de 1871. Dos dois textos selecionados para a constituição do *corpus*, o primeiro foi escrito pela escritora e poetisa baiana, Anna Autran, e o segundo escrito por Belarmino Barreto, jornalista e dramaturgo baiano de destaque.

Com isso, a oportunidade de “encontrar” tais documentos me levou a algumas questões: por que resgatar e analisar textos referentes à educação da mulher escritora e leitora no século XIX? Traria alguma contribuição nova para os estudos sobre educação feminina? Através de dois textos jornalísticos, um escrito por uma feminista e outro escrito por um conversador, quais as visões que se tinha sobre a mulher literata naquele tempo?

Do que foi exposto, objetivo com este estudo monográfico apresentar as ideias trazidas sobre a educação feminina no século XIX por meio de dois artigos jornalísticos, intitulados *A mulher e a literatura*, divulgados no periódico *Diário da Bahia* no ano de 1871. Conforme Leite (2005), trata-se de um fato de grande repercussão na época. Foi uma discussão pública entre Anna Teófila Filgueira Autran e Belarmino Barreto. Ela foi uma figura atuante na área

da literatura, uma das notáveis representantes da imprensa feminina que se educou em Salvador, no seio de uma família rica. Com apenas quinze anos de idade, dava início ao polêmico debate publicado no *Diário da Bahia*. Ele, um jornalista, crítico e dramaturgo, considerado um dos contrafeministas baianos. Acredito que, através desses escritos produzidos por uma feminista baiana e por um homem intelectual da época, é possível analisar o sentido e modo como as mulheres eram percebidas, as impressões sobre si próprias e o contexto educacional e sócio-histórico-cultural em que estas estavam inseridas.

Diante de textos como esses, percebo o quão é importante revelar aspectos sobre a educação feminina, bem como perceber a visão sobre a mulher do século XIX, seu papel na sociedade, enquanto dama, esposa e literata. Contudo, me contive com um breve receio: o de *ser* mulher e atuante feminista. Amenizei esse conflito com a leitura do livro *A mulher escrita* de Lúcia Branco e Ruth Brandão (1989, p. 111), quando esta última diz que: “A idéia de ler um texto da mulher, buscando identificar ali traços que apontem em direção a uma especificidade da escrita feminina surge-me, a princípio, como uma inquietante provocação.” O receio do excesso de envolvimento nas ideias e o de tomar partido sobre a questão da mulher, do feminismo e da literatura feminina foi contido, quando a autora continua a falar: “Não há como manter o ‘distanciamento crítico’ quando o objeto de análise corre o risco de se misturar ao sujeito, quando o *corpus* de pesquisa é um corpo flutuante em que é preciso tocar sem reter, interferir sem ferir.” (BRANCO; BRANDÃO, 1989, p. 111). Ademais, elas completam: “Falar da mulher ou da figura feminina, onde quer que ela resplandeça, é de alguma forma falar de mim mesma, do meu desejo e do meu inconsciente, pois o texto sempre fala de seu autor.” (BRANCO; BRANDÃO, 1989, p. 21)

Pretendi, então, através da análise dos textos em estudo, emprestar sentidos ao que está implícito e explícito, retirando-os do ostracismo, dos obscuros do passado histórico brasileiro e estudar aspectos reveladores da atuação da mulher na sociedade, na educação e na literatura, pois os textos jornalísticos, pela sua própria natureza, permitem explorar, não só o texto em si, mas também a sociedade que o produziu. Ademais, busquei em minhas palavras analisar dois textos resgatados no *Diário da Bahia* referentes à educação da mulher que se quer literata no século XIX, utilizando como aparato dispositivo teórico-metodológico a Análise do Discurso de Linha Francesa, propondo um estudo contrastivo das ideias expostas pela escritora feminista, Anna Autran, com as do escritor e dramaturgo Belarmino Barreto, identificando os argumentos utilizados sobre a educação da mulher.

A metodologia de pesquisa que norteou este trabalho me fez buscar referências que serviram de apoio teórico e histórico. A pesquisa é por excelência bibliográfica, considerando

um repertório multidisciplinar, uma vez que trago matizes dos estudos em torno de diferentes áreas a saber: Educação da História do Brasil por Aranha (2002), Ribeiro (1988), Romanelli (1991) e Saviani (2003); Educação Feminina por Bonato (2001, 2012), Castro (1996), Leite (2012), Lajolo e Zilberman (1996), Veríssimo (1985); leitura e escrita com Al Far (2006), Chartier (2001), Goulemont (1996) e Proust (2001); a literatura feminina através de Bessa (2007), Braco e Brandão (1989), Coelho (2005) e Leite (2005). Pela natureza do *corpus*, utilizo a Análise do Discurso de Linha Francesa, com o as leituras de Brandão (2001, 2004), Lagazzi (1988) Maingueneau (1989), Foucault (2008) e Orlandi (2003, 2006), para estudar os textos resgatados. Dessa forma, analisar as condições de produção dos textos permitiu-me emprestar sentidos, analisando como ele foi tecido e por que o foi.

Nessa perspectiva, o procedimento metodológico de leitura, comum a todo o processo, foi baseado em Orlandi (2006) e Orlandi (2003), realizando ora a *leitura parafrástica*, ora a *leitura polissêmica*, considerando que na primeira, sempre há algo que se mantém, o estável, o dizível, a memória; na segunda, tem a ruptura de processos de significação. Na abordagem de Orlandi (2003), elas são duas forças que trabalham todo o discurso em uma tensão entre o mesmo e o diferente, entre o já dito e o que se dizer sobre os sujeitos e os sentidos que se movimentam. Considerarei, durante o estudo, o conceito de condições de produção, pois foi o que formulou e sempre reformulará os procedimentos de análise.

Para expor o que foi estudado estruturei a monografia em seis capítulos. No primeiro, este que, ora, se lê, *Palavras Iniciais*, apresento o caminho percorrido durante a pesquisa inicial na Universidade do Estado da Bahia, objeto de estudo, os objetivos pretendidos, a justificativa, os autores lidos para o estudo bibliográfico dos temas (educação do Brasil; educação feminina; leitura; escrita; Análise do Discurso) e a metodologia utilizada.

No segundo capítulo, trago algumas considerações relativas à pesquisa: a biografia dos autores dos textos *A mulher e a literatura* – destacando, então, o nome de Anna Autran como uma defensora feminista e de Belarmino Barreto com um discurso contra feminista; a história e as condições físicas do suporte – o jornal *Diário da Bahia*; e o método de análise, utilizando como dispositivo teórico-metodológico a Análise do Discurso, descrevendo seus conceitos e as formas de atribuição de sentidos através da leitura polissêmica.

O terceiro capítulo chama-se *Um relato da história da educação e a mulher nesse palco*. Abordo os marcos significativos da história da educação brasileira, faço também um recorte sobre a educação e a escrita feminina e seu acesso aos livros no século XIX.

No quarto capítulo, *Os textos de análise*, apresento a transcrição dos dois documentos, conforme os pressupostos teóricos da Filologia Textual. Um como do conhecimento que

resgata texto, buscando a restituição do texto genuíno. Ela busca analisar a cultura de um povo por meio do seu patrimônio escritural, compreendendo sua língua, memória e história.

No penúltimo capítulo, *Os caminhos para a leitura e outras leituras*, trago a análise do *corpus*. Nele, são postas as relações entre os sujeitos, as condições de produções utilizadas pelos escritores Anna Autran e Belarmino Barreto, cada um em seu texto, os efeitos de sentidos trazidos através dos seus discursos e argumentos sobre a mulher, a literatura e a educação feminina em sua época, apresentando alguns trechos dos textos transcritos.

No sexto e último capítulo, *Palavras Finais*, faço as últimas considerações sobre a pesquisa e o estudo dos documentos analisados. Seguem-se, então, a esse capítulo, as referências consultadas e citadas no interior do texto monográfico.

Tenho, dessa forma, a expectativa de que cada leitor, na interação com este estudo, deixe sua marca, emprestando sentidos ao que for lido e analisado. O deleite do ato de ler, pois, será através de textos que recontam sobre a educação da mulher literata, o modo como ela era vista na sociedade e sua relação com a escrita e leitura.

## 2 UM MODO DE PESQUISAR: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

### 2. 1. ANNA AUTRAN: MADAME E LITERATA

Uma das notáveis representantes da literatura e da imprensa feminina baiana é Anna Teófila Filgueira Autran. Natural de Salvador, nascida em 1856 e falecida em 1933, filha do doutor Henrique Autran da Mata Albuquerque e a senhora Eduarda de Amorim Filgueira Autran foi considerada uma grande poetisa e feminista do seu tempo. Leite (2012), em seus estudos, diz que Anna Autran descendente de uma família aristocrata, desde cedo, recebeu instrução, começando a ler, precocemente, aos cinco anos de idade, memorizando versos, orações religiosas e pequenos discursos. Sua educação precoce, no seio de uma família rica, permitiu que aos dez anos escrevesse versos. Durante sua época, foi escritora do *Novo Almanaque de Lembranças Luso-brasileiro* e de revistas de Recife e do Rio de Janeiro. Apesar de ser desconhecida, hoje, sua carreira foi marcada pelo engajamento político a favor das ideias republicanas e antiescravistas. Foi pioneira na defesa dos direitos femininos na Bahia, ela se revelou leitora culta e reflexiva (LEITE, 2012).

Durante a pesquisa, percebi que a história de sua vida ainda não fora objeto de análise histórica, do mesmo modo que a sua produção literária encontra-se dispersa em jornais da imprensa escrita. Para Leite (2005), assim como Anna, outras mulheres vivenciaram, na informalidade da educação recebida no lar. Ainda conforme a autora, ela foi a “pioneira na defesa dos direitos femininos na Bahia e revelou-se leitora culta reflexiva. [...] sua visão de mundo era crítica e transgressora, no contexto senhorial da sociedade soteropolitana.” (LEITE, 2005, p. 32).

Com apenas quinze anos de idade, dava início à polêmica discussão com Belarmino Barreto no jornal *Diário da Bahia*. O artigo *A mulher e a litteratura* abre a polêmica e se constituiu numa defesa da participação intelectual da mulher na esfera pública, abordando o exercício das letras pelas mulheres. Ademais, ela afirma a importância e “obrigação” da leitura, da educação e da literatura para as damas da época, como afirma em um trecho do seu texto: “A mulher jamais poderá ser litterata, sem po[s]suir um ta[l]ento superior e uma esmerada educação, e esta de accordo com aquelle, é quem mata as más propensões com que por acaso nasce, e a arrasta pelo caminho do dever.” (AUTRAN, 1871, p. 4).

Os textos publicados no jornal *Diário da Bahia* foram objetos de réplicas e tréplicas com um famoso escritor da época, Belarmino Barreto. O debate público, ocorrido em 1871, entrou para os anais da história da imprensa e revelou a intenção da menina Anna Autran e

das mulheres que se sentiram representadas por ela em discutir o livre acesso da mulher à literatura (LEITE, 2005).

Os artigos enviados por Anna Autran para o *Diário da Bahia, A Mulher e a Litteratura*, mostravam uma grande sensibilidade para a condição feminina no país. Com o passar dos anos, assumindo maturidade, seus escritos já eram recheados de citações de autores universais, esse fato denotava conhecimento sobre a história da humanidade, da religião cristã e da filosofia ocidental, mostrando a sólida formação que recebeu, provavelmente de seu pai, de sua irmã mais velha ou de alguma preceptora, já que ficou órfã de mãe com apenas um ano de idade (LEITE, 2012).

## 2.2 BELARMINO BARRETO: LEITOR, ESCRITOR, POLÊMICO

Belarmino Barreto (1840-1882), escritor baiano, foi reconhecido como um dos maiores jornalistas do seu tempo. Leite (2012) afirma que ele teve parte de seus textos críticos publicados nos jornais baianos. Ligado ao fazer literário, não admitia a inserção da mulher em atividades tão diferentes das já enraizadas pela sociedade de sua época. Produziu publicações e editoriais nos jornais da capital. Seu nome sempre esteve ligado a polêmicas. “Belarmino Barreto, como muitos homens ligados ao fazer literário, não admitia a incursão do elemento feminino em atividades tão diferentes às preconizadas pelo ‘destino’. Falava mais alto o exclusivismo masculino [...]” (LEITE, 2005, p. 197).

Observei nos textos, lidos para este estudo, que Barreto era um bom leitor do filósofo Jaques Rousseau, citando-o constantemente. Nas suas palavras, a mulher era um ser fraco, supersticioso, sensível, amante, terno, delicado, espirituoso, meigo, engraçado, e com uma missão específica no mundo: tornar-se esposa e mãe. Tais ideias, em certa medida, faziam parte do pensamento da época, contudo, com a intenção de polemizar o assunto, no texto datado de 02 de outubro de 1871, assinado por Anna Autran, a escritora retoma assuntos abordados em outras edições do *Diário da Bahia*, argumentando o porquê da mulher ser considerada “espírito inferior” e “inteligência medíocre” – termos utilizados por ela.

Rubim e Ramos (2008) comentam que Belarmino Barreto assinou muitos artigos e críticas teatrais durante mais de uma década no *Diário da Bahia* e foi um dos membros do Conservatório do jornal. O crítico afirma e acusa que a imprensa, assim como o jornal no qual trabalhava, estavam em descompasso com as exigências do seu tempo. Na edição de 17 de setembro de 1874, ele enfatiza:



Pois hoje, quando a política e a literatura se ocupam com os pequenos e os infelizes - o escravo, a mulher, a criança, o proletário, - poder-se-ia suportar em cena essas monstruosidades? [...] O século XIX nem admite ídolos gigantescos, nem homens divinos: a humanidade prefere ser melhor a ser maior. (BARRETO, 1874 apud RUBIM; RAMOS, 2008, p. 33)

Para Silva (1979), em *O Diário da Bahia e o século XIX*, o jornal em questão apoiava, em certa medida, inclusão da mulher na literatura, pois, durante muitos anos, na seção *Folhetim do Diário da Bahia*, eram publicados romances, em capítulos diários, de autores e autoras da França, expediente utilizado para atrair e estimular a leitura, principalmente entre as mulheres.

Leite (2005) aponta que somente em princípios do século XX, as mulheres gozam de maior liberdade e vão utilizar a imprensa feminina como meio de organizar e divulgar suas lutas e conquistas (o direito à educação superior, a votar e ser votada e exercer profissões remuneradas). Para muitos intelectuais, a mulher não deveria ter os mesmos direitos. Belarmino Barreto era um desses intelectuais que não apoiavam a causa feminina e não as admitia na vida artística, ou apontadas como possíveis contribuidoras da constituição do cânone literário.

Tudo leva a crer que só a partir do século XX é que as mulheres participam do âmbito da criação literária; são poetisas, romancistas, dramaturgas, ensaístas; e elas passam a colaborar, cada vez mais, com o fortalecimento da produção artística do país. Dentre elas, está Anna Autran, uma das representantes que discutiam o livre acesso da mulher na literatura. Contrastando com esse aspecto, está Belarmino Barreto. O pensamento de uma sociedade regida pelos costumes machistas estava presente em seus escritos.

### 2.3 O DIÁRIO DA BAHIA

O periódico *Diário da Bahia* foi um importante periódico da época que circulou por muitos anos em Salvador e sempre esteve comprometido com a causa abolicionista. Começou a circular em 01 de janeiro de 1856, período em que seguia a linha ideológica do Partido Liberal, e que durou até 1868, quando passou a ter como principal influência o também liberal Conselheiro Dantas, até 1880. Deste ano de 1880 até sua primeira interrupção, em 1899, foi dirigido pelo jornalista Augusto Álvares Guimarães. O *Diário* ficou fechado durante dois anos, quando foi adquirido por Severino Vieira, e voltou a circular em 1901. A determinação política de Vieira durou até seu falecimento, em 1917, quando o periódico passou a ser gerido

por uma sociedade anônima, até seu fechamento definitivo, até onde constam publicações disponíveis para pesquisa, do ano de 1924 (SILVA, 1979).

Conforme dados da pesquisa do subprojeto *O Discurso Abolicionista no Diário da Bahia*, apesar da sua inegável importância documental, o periódico encontra-se disperso. Nenhum acervo baiano possui a coleção completa. Alguns dos seus exemplares podem ser localizados na Biblioteca Central do Estado da Bahia, seção de Periódicos Raros; no Arquivo Público do Estado da Bahia e no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Durante a pesquisa realizada, busquei acervos em Salvador que disponibilizassem jornais do século XIX, referentes ao período da escravidão. O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia dispõe catálogos da época, porém, segundo informações de funcionários, nenhum documento do século XIX é disponível para a consulta externa. O Acervo de Periódicos Raros da Biblioteca Pública do Estado da Bahia foi o único favorável à consulta dos jornais. O departamento é supervisionado por uma bibliotecária e funcionários. São encontrados jornais, revistas e livros que trazem informações da história da mídia e almanaques antiguíssimos. As edições do *Diário da Bahia* estão organizadas em pastas de acordo com ano de sua publicação. Por razões diversas, as edições não estão completas. Faltam muitos exemplares e muitos se encontram em estágio avançado de decomposição. Os que apresentam “melhores” condições de conservação são liberados para consulta dos pesquisadores. O fato de não se dispor de todos os exemplares para serem consultados, prejudica em muito ter uma ideia total das condições de conservação da coleção.

**Figura 1:** Foto da coleção do Diário da Bahia correspondente ao ano 1871.



Fonte: Imagem capturada do jornal *Diário da Bahia* do ano de 1871 na Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

Decorrente dos efeitos da própria ação do tempo e da falta de um ambiente adequado para o seu acondicionamento, os jornais apresentam péssimo estado de conservação, conforme figura acima. Eles estão empilhados em uma sala e envolvidos com folhas de papel metro. Apesar da falta de uma política para preservar o material, observa-se que alguns exemplares estão encadernados e separados pelos anos de publicação. Outros, devido ao desgaste do tempo e à má manipulação do público, tanto as bordas quanto o interior dos jornais estão em estado avançado de decomposição. O suporte encontra-se desidratado e amarelado em virtude do nível elevado de acidez, muitas vezes, é impossível o seu manuseio e, conseqüentemente, a sua leitura. Muitas páginas encontram-se dobradas e isso, com o tempo, pode favorecer o rompimento do papel, pelo ressecamento e desgaste natural, uma vez que, por estar desidratado, rompe-se facilmente, destruindo um rico patrimônio escritural da humanidade.

Os periódicos encontram-se encadernados, em formato semelhante a um livro, contendo brochura e capa dura, com as edições sequenciais ao longo do período de publicação. Folha medindo aproximadamente 555mm x 740mm e mancha escrita de 480mm x 680mm. O *Diário da Bahia* (1871) era administrado por Albino Henriques da Silva, sob o subtítulo de *A propriedade de uma associação*.

O layout do jornal assim se configura: acima, o título e, no canto superior direito, o número da página; à esquerda, data/mês/ano; no centro, o subtítulo, o nome do administrador, o endereço para cartas e afins, e ano de publicação. Composto por quatro páginas. Os textos são separados por colunas verticais, seccionados por sessões de variadas temáticas, a saber: *Editorial, Comunicado, Noticiário do Brasil e do exterior, Obituario, Repartição de Polícia, Publicações a Pedidos, Folhetim, Parte Oficial* e os *Classificados*.

Segundo Silva (1979), o jornal *Diário da Bahia* era um órgão da facção liberal que reunia a elite daquela época que circulava diariamente, exceto às segundas-feiras. Era o periódico de maior circulação no período e se engajou de forma incisiva e contundente na propaganda Abolicionista na Bahia. Seus editores fizeram do jornal uma tribuna dos abolicionistas, apesar de divulgarem nos classificados a venda, troca e denúncia de escravos na região baiana.

## 2.4 DO PERCURSO METODOLÓGICO

Por ser uma pesquisa de caráter teórico, iniciei realizando um levantamento das referências que utilizaria para compor meu estudo. Para isso, ressaltar sobre minha concepção de leitura é fundamental – a *leitura polissêmica* (ORLANDI, 2006), concepção que orientou meu trabalho. Digo que talvez ela seja a espinha dorsal que atravessa meu pensamento, minha análise e minha escrita. Contudo, corro um risco, risco que enfrento com a ajuda da Análise do Discurso, doravante AD, o qual é meu dispositivo teórico-metodológico de leitura dos textos. Para tal percurso, tive a ajuda de várias referências que apresentarei aqui, fazendo um fio de prosa com o meu leitor. Abordo, pois, sobre o método de análise, para depois fazê-los nos textos resgatados.

Para Eni Orlandi (2006, p. 200), em *A Linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*, a leitura polissêmica “se define pela *atribuição* de sentidos ao texto.” O contexto polissêmico está na sua relação com a exterioridade, com a situação, no contexto de enunciação e no contexto sócio-histórico, o que mostra o texto em sua *incompletude*. A autora considera as condições de produção da leitura como o trabalho fundamentalmente de indeterminação em que essa incompletude provoca múltiplas e possíveis leituras acerca de um estudo.

Em sua obra, Orlandi (2006, p. 108) trata a AD como uma área privilegiada por ser um modo de se produzir linguagem, marcado pelo conceito de social e histórico, considerando “a teoria do discurso como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.” Entende, pois, que todo o discurso é resultado de discursos preexistentes que tenham sentido e formação ideológica determinada. Dessas formações se foram de outras interligadas e modificadas.

Conforme pensamento de Lagazzi (1988, p. 51), a linguagem estabelece caminhos para que possamos chegar um pouco mais perto do sujeito e “a Análise do Discurso possibilita que o conhecimento constitua-se além do ‘achar’ de cada pesquisador e fora de qualquer modelo pré-concebido”. Nesse sentido, o funcionamento da linguagem é feito através da relação contraditória entre a paráfrase e a polissemia: a paráfrase desenvolve um texto sem alterar as ideias originais; a polissemia que pode apresentar vários significados a uma mesma palavra. Esta é a relação entre o homem e o que está ao seu redor. É a manifestação da prática e do referente na linguagem. Nesse ponto, Orlandi (2003) pensa que é importante destacar o que vem a ser essa tensão presente nos discursos:

Quando pensamos discursivamente a linguagem, é difícil traçar limites estritos entre o mesmo e o diferente. Daí considerarmos que todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco. (ORLANDI, 2003, p. 36)

Um conceito importante, pois, é o de que a AD visa compreender como um objeto simbólico produz sentidos. “Inicia-se o trabalho de análise pela configuração do corpus, delineando-se seus limites, fazendo recortes, na mesma medida em que se vai incidindo um primeiro trabalho de análise [...]” (ORLANDI, 2003, p. 66-67).

Orlandi (2001, p. 34) ratifica que chegar a um objeto discursivo, neste momento, significava, em especial, “desnaturalizar a relação palavra-coisa” produzida pelo sujeito, por esquecer que os sentidos de suas palavras não nascem com ele e que o modo como diz algo não é o único possível. *Discursivizar* o texto é um processo necessário, para que fosse possível explicitar e compreender efeitos de sentidos que se produzem em um estudo.

Sobre a leitura no contexto polissêmico também trago a contribuição de Jean Marie Goulemont (1996), no artigo *Da leitura como produção de sentidos* que compõe a obra de Pierre Bourdieu chamada *Práticas da Leitura*. O autor considera:

[...] sobre textos que são por natureza polissêmicos [...] importa-me aqui menos o discurso crítico sobre as obras do que a prática de uma leitura cultural, lugar de produção de sentido, de compreensão e de gozo. [...] O que desejaria entender aqui, são os jogos de conotações que a leitura produz, sem que ela exija para isso um discurso crítico e empregue uma metalinguagem. (GOULEMONT, 1996, p. 107-108)

Goulemont (1996) está interessado em compreender os jogos de conotação que a leitura produz. Propõe que ler é constituir e não reconstituir sentido; ler é dar e produzir sentido, não encontrar o sentido desejado pelo autor. Para ele, a análise do leitor torna-se, portanto, pertinente, pois o leitor constitui um dos termos essenciais do processo de aprovação e de troca que é a leitura.

Marcel Proust (2001, p. 35), no livro *Sobre a leitura*, se refere a uma concepção de leitura, dizendo que “[...] na medida em que a leitura é para nós a iniciadora cujas chaves mágicas abrem no fundo de nós mesmos a porta das moradas onde não saberíamos penetrar, seu papel na nossa vida é salutar”, sendo aquela que consola, que dá abrigo de alguma forma,

mas por outro lado “[...] torna-se perigosa, [...], em lugar de nos despertar para a vida pessoal do espírito, a leitura tende a substituir-se a ela [...].” Considero esse aspecto, portanto, também como polissêmico, na medida em que percebi durante a leitura do livro que a temporalidade proustiana circula pelos meandros da memória e recria um outro tempo: o tempo da leitura, o tempo do agora, o tempo presente, estético e poético que se quer desvendado no ato de ler.

Nessa perspectiva, apoio minha ideia em Chartier (2001, p. 31), no livro *Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anays, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Sabotir*, quando enfatiza que é preciso “‘sacar’ a leitura do texto, pois esta é pensada em uma relação dialética, ou dialógica (é o termo da teoria da recepção), se assemelha ao manter uma idéia abstrata do texto.” Isso aponta o contrário sobre a leitura parafrástica, que se caracteriza pelo reconhecimento (reprodução) do sentido dado pelo autor, como considera Orlandi (2006). Interesse-me e empresto o sentido somente ao que chamo aqui de *prestígio polissêmico*.

Como observa Brandão (2001, p. 18), entender o ato de ler é “[...] para além da palavra, tendo no seu horizonte uma leitura de mundo que o leve, que o habilite a inteligir o contexto social, histórico, que o cerca e a nele atuar como cidadão.” Concordo, assim, que o ato da leitura é um movimento de construção de sentidos, que ganha corpo a partir da mobilização de seus saberes da experiência, que poderão preencher os vazios do texto, não limitando as intenções do autor, mas buscando ultrapassar limites, incorporando reflexividade para a melhor compreensão do outro e seu entorno.

Nesse momento, cabe falar sobre o interdiscurso. O discurso permite pensar a identidade discursiva a partir de relações intradiscursivas, essas últimas fundadas em um espaço de trocas, e não em um espaço de identidade fechada. Como afirma Brandão (2001, p. 16), “[...] deve-se entender que o trabalho com a linguagem é, sobretudo, interlocução, diálogo com o texto que se lê e com outros discursos sociais historicamente constituídos, outras vozes com as quais os textos se tece. [...] o discurso é basicamente interdiscurso.” O interdiscurso permite que os dizeres que já foram ditos tenham sentido em nossas palavras, pois o sujeito nunca é a origem de seu dizer. Além disso, o discurso ganha sentido quando se relaciona com outros discursos numa relação de confronto, numa relação de tensão. Portanto, “[...] deve-se aceitar que produzir/ler um texto é trazer para o meu texto essas diferentes falas, é saber orquestrar essas vozes e me posicionar criticamente em relação a elas.” (BRANDÃO, 2001, p. 16).

Para aprofundar a reflexão sobre a noção de interdiscurso, Maingueneau (1989) recorre a três termos complementares que ele chama de universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo. Descrevo:

- O universo discursivo é definido como um conjunto heterogêneo de formações discursivas que interagem em uma conjuntura. Apesar de finito, é um conjunto irrepresentável, que não pode ser apreendido em sua globalidade.

- O campo discursivo é concebido como um conjunto de formações discursivas em concorrência que se delimitam numa região do universo discursivo. O discurso se constitui no interior de um campo discursivo, que foi etiquetado pela tradição como campo discursivo religioso, político, literário, etc.

- O espaço discursivo é um subconjunto do campo discursivo, que liga no mínimo duas formações discursivas que se relacionam e são importantes para o entendimento dos discursos em questão. É o analista (com conhecimento dos textos e um saber histórico) que põe em relação esses subconjuntos de formações discursivas da maneira que julga relevante.

Destaco aqui que nenhum campo discursivo existe isoladamente, devido ao caráter essencialmente dialógico de todo enunciado do discurso. Nessa perspectiva, o interdiscurso constituiu-se, nas análises, como um diálogo entre os diferentes discursos, pois, conforme as bases teóricas descritas acima, o dialogismo é inerente à linguagem. Se existe uma cadeia de enunciados que dialogam entre si, pode-se relacionar o jogo enunciativo à interdiscursividade que tomamos aqui como diálogo/relação entre um discurso e outro(s) (MAINGUENEAU, 1989).

Em *A ordem do discurso*, de Foucault (2008, p. 10), o discurso é abordado não somente como aquilo que traduz lutas ou sistemas de dominação e não simplesmente como aquilo que manifesta ou oculta o desejo, mas é visto como “aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. O discurso é “o objeto do desejo”. Quanto à noção de sujeito, o estudioso afirma que ele não é aquele de quem parte o discurso, mas o ponto de seu desaparecimento possível. Além disso, postula que o discurso está na ordem das leis; que a instituição é que possibilita ao sujeito o lugar que o honra, mas também o desarma; que, quando o sujeito tem algum poder, esse vem da instituição.

Ressalto aqui a importância da noção de formação discursiva trabalhada por Foucault (2008) como um sistema relativamente autônomo que define as regularidades que dão validade aos enunciados. Ou seja, os enunciados se relacionam com enunciados do mesmo ou de outros tipos e são condicionados por um conjunto de regras internas, regularidades que constituem o sistema que é a formação discursiva.

Outro aspecto importante para a AD são as condições de produção do discurso. A produção de sentido é o resultado do processo discursivo. Segundo Orlandi (2003, p. 30), “Elas compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. [...] incluem o contexto sócio-histórico, ideológico.” O discurso, nesse sentido, é o espaço que permite o surgimento das significações.

Na abordagem de Coutine (1981 apud BRANDÃO, 2004, p. 35), comentando as condições de produção, elas são divididas em três ordens: a primeira diz respeito a origem do primeiro lugar de análise do conteúdo; a segunda aborda “[...] o estado social do emissor, o estado social do destinatário, as condições sociais da situação de comunicação [...]” que são os responsáveis por essas condições de produção do discurso; e a terceira configura o termo *situação*, relacionado com o *discurso*, pois considera apenas as frases ditas ou escritas umas em seguidas das outras em uma situação determinada, por uma ou várias pessoas. Assim, a construção de um discurso pelo sujeito depende de suas condições de produção.

Brandão (2004) apresenta a definição de Courtine para condições de produção, na qual ele propõe que elas não sejam atraídas por determinações históricas dos discursos, transformando-as em simples circunstâncias, uma vez que interagem os sujeitos do discurso, constituindo a fonte de relações discursivas das quais são o portador ou o efeito. A noção de condição de produção ligada à análise histórica das contradições ideológicas presentes na materialidade dos discursos.

Coutine (1981 apud BRANDÃO, 2004) considera que tais condições de produção continue o lugar em que interagem os sujeitos do discurso. As condições de produção regulam a relação da materialidade linguística de uma sequência discursiva às condições históricas que determinam sua produção. Assim,

Na Análise do Discurso, a delimitação do *corpus* só ocorre com a própria análise, [as condições de produção] indicam os procedimentos de constituição do corpus discursivo, entendido como um conjunto de seqüências discursivas dominadas por um estado dado [...] das condições de produção do discurso. (COURTINE, 1982 apud LAGAZZI, 1988, p. 59)

Dessa forma, a AD toma como objeto de estudos a produção de efeitos de sentido, realizada por sujeitos historicamente situados; dessa forma, configura-se como um dispositivo metodológico eficaz, na medida em que permite entender o papel dos discursos na produção de identidades sociais. Estudar os textos *A mulher e a literatura*, nesse sentido, é desvendar os sentidos das palavras escritas por uma dama feminista da elite baiana na defesa da leitura e educação para as mulheres e escritas por um crítico jornalista que tinha ideias contrárias a dela, colocando a mulher numa posição de submissão e servidão, ratificando um pensamento de uma época.



### 3 UM RECONTO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E A MULHER NESSE PALCO

Para alcançar o objetivo de analisar textos recolhidos, recorri às referências sobre a história da educação no Brasil, à história da educação feminina e à literatura escrita por mulheres no século XIX. Disso ressalta o que exponho, entendendo que o trajeto da educação brasileira evoluiu em marcos significativos. O primeiro grande marco foi a chegada dos portugueses ao território brasileiro. De fato, foram os portugueses que trouxeram um padrão de educação próprio da Europa, o que não quer dizer que a população que por aqui vivia não tinha características próprias do se fazer educação.

Durante quase todo o período colonial, a educação predominante do Brasil foi provida pelos jesuítas. Conforme Veríssimo (1985), no período jesuítico (1549-1759), os jesuítas se dedicaram à pregação da fé católica e ao trabalho educativo. Perceberam que não seria possível converter os índios à fé católica sem que soubessem ler e escrever. As escolas jesuítas não se limitaram ao ensino das primeiras letras; além do curso elementar, mantinham cursos de Letras e Filosofia, considerados secundários, e o curso de Teologia e Ciências Sagradas, de nível superior, para formação de sacerdotes. No curso de Letras, estudava-se Gramática Latina, Humanidades e Retórica; e no curso de Filosofia estudava-se Lógica, Metafísica, Moral, Matemática e Ciências Físicas e Naturais. Nesse período, os alunos eram os índios. Filhos de comerciantes e latifundiários portugueses estudavam na Europa.

Ainda segundo Veríssimo (1985), os jesuítas foram expulsos das colônias em função de radicais diferenças entre seus objetivos e aqueles que eram do interesse da Corte. Logo após, Pombal pensava em reerguer Portugal da decadência que se encontrava diante de outras potências europeias da época. O resultado da decisão de Pombal foi que, no princípio do século XIX, a educação brasileira estava reduzida a praticamente nada. O sistema jesuítico rompeu-se e nada que pudesse chegar próximo deles foi organizado para dar continuidade a um trabalho de educação.

Aranha (2002), em relação à educação jesuítica no Brasil Colônia, revela que essa colonização surgiu baseada na necessidade da burguesia enriquecida com a Revolução Comercial de se expandir e por estar anexada à história europeia. Até o início do século XX, a educação no Brasil esteve praticamente abandonada, no entender de Romanelli:

[...] a economia colonial brasileira fundada na grande propriedade e não na mão-de-obra escrava teve implicações de ordem social e política bastante profundas. Ela favorece o aparecimento da unidade básica do sistema de

produção, de vida social e do sistema de poder representado pela família patriarcal (ROMANELLI, 2001, p. 33).

Assim, a classe dominante era a detentora dos meios de conhecimento e de ensino. Isso implicou no modelo aristocrático de vida presente em nossa sociedade colonial e, posteriormente, na corte de D. Pedro. Existiram dois fatores fundamentais na formação do modelo educacional brasileiro, ou seja, “A organização social [...] e o conteúdo cultural que foi transportado para a colônia, através da formação dos padres da companhia de Jesus.” (ROMANELLI, 2001, p. 33).

Com base nos estudos de Debret (1975 apud RIBEIRO, 2006), percebe-se que a educação formal das mulheres, tanto em Portugal quanto no Brasil, nessa época, era considerada heresia social. A sua ausência acarretou uma imensa massa de mulheres analfabetas na Colônia. Os preconceitos, limitando o seu acesso ao mundo cultural, trouxeram-lhes muitos prejuízos culturais. A educação letrada não era necessária ao sistema colonial, nesses primórdios. Para os colonizadores, a educação das mulheres nos moldes portugueses das tradições portuguesas as restringia ao lar e ao respeito que deviam aos homens. As mulheres que quisessem aprender a ler deveriam se dirigir aos conventos, instituições sob o poder da Igreja Católica, que tinham funções que longe de serem educacionais, eram econômicas e políticas.

A trajetória da ausência da educação feminina, nesse aspecto, coincide também com a história da construção social dos gêneros, das práticas da sexualidade e da servidão no Brasil. O corpo feminino deveria servir ao português. Miscigenar, verbo muito utilizado para explicar essa mistura, tinha o objetivo de juntar sexualmente corpos de raças e etnias diferentes, em condições sociais igualmente diferentes (ALGRANTI, 1993 apud RIBEIRO, 2006). Entendo, desse modo, que a educação para os colonos era aquela fundamentada nos interesses econômicos, a mulher tinha como função apenas a procriação que desse segmento ao domínio da classe dominante.

Maria Ribeiro (1988) comenta que no período joanino, de 1808 a 1821, o surgimento da imprensa permitiu que os fatos e as ideias fossem divulgados e discutidos no meio da população letrada, preparando terreno propício para as questões políticas que permearam o período seguinte da História do Brasil. Já no imperial, segundo a autora, um fato marcante foi em 1826 – um decreto instituiu quatro graus de instrução: Pedagogias (escolas primárias), Liceus, Ginásios e Academias. Em 1827, um projeto de lei propõe a criação de cursos de educação em todas as cidades e vilas, além de prever o exame na seleção de professores, para

nomeação. Propunha ainda a abertura de escolas para meninas. A educação primária era gratuita a todos os cidadãos, mas tratava-se somente dos filhos de homens livres, não destinava-se aos filhos de escravos. Nessa época, havia um privilégio sobre a educação primária e profissionalizante. A crise na monarquia foi marcada por diversas questões: abolicionista, republicana, religiosa, militar. Nesse sentido, importantes intelectuais da elite abraçaram os ideais do liberalismo burguês (RIBEIRO, 1988).

Em *A mulher submissa: teses da Faculdade de Medicina da Bahia no século XIX*, Castro (1996, p. 10) preocupa-se em tratar do percurso educacional feminino, abordando também seu lugar na sociedade, no campo do trabalho e na literatura. A autora nos diz, “[...] a mulher era considerada, devido à complexidade e delicadeza de funções, como sexo inferior ao homem e intelectualmente menos capaz. Outrossim, circunstâncias históricas fizeram-na dependente do homem, donde uma sujeição indigna se acentuou.” Sobre a educação, ela afirma como aperfeiçoamento das potencialidades humanas e se processa de acordo com as áreas da sociedade em que funciona. Por isso, “[...] as mulheres, no passado presas às atividades do lar, sempre foram formadas para misteres típicos e imediatos da habitação. Eram tidas como ‘prendas domésticas’.” (CASTRO, 1996, p. 10). O papel da mulher era o da procriação, o exercício de dona de casa, mãe, dama e madame. A sua única meta era educar. Encontraremos tais afirmações nos textos analisados mais adiante.

A autora faz a seguinte questão: “Que se passou em nossa história brasileira?”. E responde, portanto, sobre o contexto histórico da educação feminina:

No início da catequese, escondia-se aí o sexo feminino. Sabem nossos historiadores que a Metrópole proibia, nos tempos coloniais, as escolas para mulheres, cada vez mais relegadas para o “plano de gente associal”, educadas de modo empírico e, em função da reclusão em lar e da forte religiosidade, quase monjas (TOBIAS apud CASTRO, 1996, p. 10-11).

Com tal afirmação, compreendo que a trajetória da exclusão da educação feminina coincide também com a história da construção social dos gêneros, das práticas da sexualidade e da servidão no Brasil, desde épocas remotas.

Almeida, Berdardes e Santos (2003), no artigo *Subordinação e rebeldia: elementos da história da mulher*, citam a obra de Saffioti (1979), *Em A mulher na sociedade de classes: mitos e realidades*, declarando que “os jesuítas, que monopolizaram o ensino até 1795, não se ocuparam da educação feminina em seus colégios. Na Igreja Católica, os ensinamentos centravam-se na religião e moral.” A educação feminina dizia respeito somente ao aprendizado das boas maneiras e das prendas domésticas, excluindo-se do processo de

educação da mulher a aprendizagem da leitura e da escrita. Salientando esses aspectos, a história tradicional retrata a mulher, bem como seu processo formação, nesse período, como sendo amordaçada pelos princípios de obediência e submissão ao marido e à religião. Como se pode observar, na historiografia tradicional não há lugar para uma mulher que se oponha, que conteste esses princípios.

Ao saltar para o século XIX, percebemos mudanças no contexto educativo feminino. Sobre os primeiros momentos de fundação de escolas voltadas para as mulheres, vemos que:

Em 1825 pretendeu uma senhora fundar uma escola de primeiras letras, de ensino mútuo, para meninas. A informação dada pelo presidente Maciel Costa é interessante, por ser uma exposição das idéias da época. Ele declarou que não havia cadeiras exclusivas para o sexo feminino, ou porque o que elas podem aprender na infância não ofereça perigo para que aprendam com os meninos, ou porque o pouco que basta às mulheres se pode facilmente aprender no seio da família (AMARAL apud CASTRO, 1996, p. 12).

Nesse contexto, em meados do século XIX, está a defesa da unidade nacional, afastando a influência da filantropia das primeiras décadas. O processo de urbanização, a disseminação do ideário liberal e a consolidação do Estado Nacional, no decorrer do século XIX, implicaram em uma reorganização da família e trouxeram, por consequência, modificações na situação da mulher. A nova família nuclear deveria responder a uma dupla exigência do Estado: a formação de indivíduos submissos ao Estado e o desenvolvimento do sentimento de pátria ou nação, pouco presente no sistema colonial (ALMEIDA; BERNARDES; SANTOS, 2003).

Ribeiro (1988) relata que, em 1834, o Ato Adicional à Constituição dispõe que as províncias passariam a ser responsáveis pela administração do ensino primário e secundário. Graças a isso, em 1835, surge a primeira Escola Normal do país, em Niterói. Se houve intenção de bons resultados não foi o que aconteceu, já que, pelas dimensões do país, a educação brasileira perdeu-se, mais uma vez, obtendo resultados pífios. Em 1837, onde funcionava o Seminário de São Joaquim, na cidade do Rio de Janeiro, é criado o Colégio Pedro II, com o objetivo de se tornar um modelo pedagógico para o curso secundário. Efetivamente o Colégio Pedro II não conseguiu se organizar até o fim do Império para atingir tal objetivo.

Aranha (2002) aponta que com a vinda da Família Real para o Brasil, com D. João VI, modificou-se a situação cultural do país e, particularmente, a concepção e a oferta de ensino para mulheres. A autora reforça ainda que D. João criou algumas Academias de Ensino

Superior apenas para os nobres do gênero masculino que frequentavam a Corte do Rio de Janeiro. As ideias liberais que começaram a circular no período levaram, após a Independência, que se criasse o ensino Primário e o Secundário, baseados no Ato Adicional de 1834 e Reforma Couto Ferraz de 1854.

Durante o período do Império Brasileiro, as mulheres começaram, paulatinamente, a ter acesso à instrução das primeiras letras, mas eram desobrigadas de cursarem o ensino secundário, visto que o mesmo tinha a função propedêutica de preparar o gênero masculino para o ensino superior. Apesar das transformações que ocorriam no terreno das ideias, em função das diversas correntes de pensamentos europeias, em se tratando da educação para o sexo feminino, o ideal era a permanência no espaço privado: o cuidado com o marido e filhos.

Até a Proclamação da República, em 1889 praticamente nada se fez de concreto pela educação brasileira. Inicia-se, então, a República Velha. Somente a partir do século XX, através da educação, as mulheres teriam acesso à esfera pública.

Como assinala Bonato (2001), a análise de diversos documentos da época referentes à necessidade de aumento de vagas para se instruir as mulheres nas Escolas Normais contribui para o esclarecimento da estreita relação entre a extinção do grave problema do analfabetismo e a formação intelectual das mulheres. No pensamento da autora, com o regime republicano, iniciou-se o processo de renovação do sistema educacional brasileiro, a partir de uma proposta de revisão dos métodos e da organização das escolas, criando novos estabelecimentos de ensino e empreendendo reformas do Ensino Primário, Secundário e das Escolas Normais, no Distrito Federal, e, ainda, do Ensino Superior, Artístico e Técnico em todo o Brasil. Especialmente a escola dedicada à instrução primária assume um papel essencial nesse projeto de formação de uma nacionalidade e, por conseguinte, a formação escolar dos professores primários é considerada necessidade fundamental, como assinala Bonato (2002):

Nesse palco político a formação escolar do professor e da professora primária surge como uma necessidade imperiosa para a transformação de uma realidade de analfabetos, com a escola Normal, fundada em 1880, como Escola Normal da Corte, ainda no Império, desempenhando papel fundamental. (BONATO, 2002, p. 164)

Marisa Lajolo e Regina Zilberman (1996) analisam o aspecto da vinculação da identidade feminina a uma “vocação natural para o magistério”, assinalando que a solução se apresentava ideologicamente perfeita: a professora e a escola passavam a ser figuras idealizadas, na medida em que se atribuía à mestra uma conotação maternal, e a sala de aula era representada como um segundo lar. Nesse momento, portanto, conforme demonstram as

autoras, a presença das mulheres em outros espaços sociais não afetou diretamente a divisão do universo social masculino e feminino, pois o magistério feminino era encarado tão somente como “uma extensão da tarefa doméstica e maternal.” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 265).

A respeito da criação das primeiras Escolas Normais, a análise de suas contribuições para a instrução feminina e sobre a crítica aos programas e métodos adotados, Veríssimo (1985, p. 125-26) nos diz que “[...] a maioria dessas escolas não são de fato mais do que escolas primárias de segundo grau ou escolas primárias superiores, [...] se é que não ficam ainda abaixo desta categoria nos países em que o ensino público é uma realidade.” Em seu estudo crítico sobre a Educação Nacional no período pós-republicano, o autor acreditava que para se promover a educação da sociedade como um todo, tornava-se fundamental investir na educação feminina. Afirma que o perfil das mulheres sem instrução, sem cultura espiritual, “sem nenhuma prenda de espírito, sem convívio social, sem alguma ciência do mundo e da vida” (VERÍSSIMO, 1985, p. 120), não correspondia mais às demandas da vida na sociedade brasileira do novo século. Segundo o crítico, múltiplas eram as funções destinadas à mulher, nessa nova sociedade conforme se pode constatar em suas palavras:

[...] a mulher tem de ser mãe, esposa, amiga e companheira do homem, sua aliada na luta de vida, criadora e primeira mestra de seus filhos, confidente e conselheira natural de seu marido, guia de sua prole e reguladora da economia de sua casa, com todos os mais deveres correlativos a cada uma destas funções. (VERÍSSIMO, 1985, p. 122)

Veríssimo (1985, p. 122) reconhecia que a mulher era “o mais prestante dos cidadãos, mesmo que ainda sem direitos políticos” e ratifica: “À mulher deve-se propiciar instrução integral e enciclopédica como a de um cidadão de qualquer sociedade atual.”. O crítico, contudo, salienta que a mulher não necessitaria de um aprofundamento de todos os conhecimentos humanos, mas apenas os conhecimentos essenciais para poder viver bem neste mundo. Sua afirmação sugere que a mulher conhecesse as noções que “nenhum homem de média cultura não deve ignorar.” Para justificar esse argumento, o crítico conclui que “[...] por ter a mulher inteligência inferior a do homem, não seria mesmo capaz de especializar-se nessas questões.” (VERÍSSIMO, 1985, p. 123).

Veríssimo (1985) ilustra a sua crítica à organização dos Cursos das Escolas Normais existentes no país, com uma proposta de reformulação dos Programas de Ensino. Segundo ele, duas alternativas se impõem, de imediato, para a solução do problema da educação secundária das mulheres: ou são criados novos Institutos Especiais de Instrução Feminina, ou os já

existentes são totalmente aprimorados, a fim de cumprirem a sua finalidade central, qual seja, a de promover a formação de mestras competentes e dar instrução geral às mulheres. Considerando as finalidades de uma Escola Normal ideal proposta pelo autor, compreende-se a inclusão, num Ciclo de Ensino, de determinadas disciplinas básicas, tais como: a Matemática, a Física, a Química e as Ciências Naturais, a Geografia e a História, a Educação Artística, a Educação Física e a Língua e a Literatura nacionais. Ao comentar o grau de amplitude daquelas que se traduzem nas duas disciplinas essenciais, a Língua e a Literatura, Veríssimo (1985, p. 127) declara que o estudo dessas disciplinas seria feito de modo a dar às estudantes o “[...] conhecimento da sua língua e apurar-lhes o discernimento, para nela se exprimirem simples, mas, corretamente, sem as afetações literárias das sabichonas e letradas, sem a vulgaridade e incorreção das suas cozinheiras.”

Nesse caminho sobre a educação feminina, é pertinente retomar sobre nossa protagonista, a poetisa Anna Autran. Mesmo sendo de família de elite social soteropolitana, ela defendia os ideais abolicionistas, discutia a situação da mulher e, na maioria dos seus textos, abordava a questão da educação. Leite (2005) reitera que, na Bahia, antes da segunda metade do século XIX, não era tão clara uma discussão sobre consciência feminina. Somente dos anos 60, do referido século, foi que os discursos veiculados, principalmente na imprensa, das escritoras, professores e jovens interessadas em analisar a condição de inferioridade da mulher na sociedade ficaram evidentes. Na Bahia, as primeiras denúncias falaram sobre a precariedade da educação formal e a insuficiente instrução facultada ao sexo feminino. Em meados de 1870, a escritora Anna Autran, colocava as diferenças arbitrárias das propostas de educação voltadas para os sexos.

### 3.1 SOBRE A ESCRITA FEMININA E O ACESSO AOS LIVROS

A historiografia literária recente tem se dedicado a estudar sobre a mulher como atuante na literatura, desde épocas remotas até as atuais. A participação da mulher no âmbito literário provoca estudos sobre sua atuação, enquanto leitora e escritora, sujeito social, ao revelar traços de uma época em que vigoravam restrições à educação das mulheres. Leite (2005, p. 125) afirma categoricamente que “[...] às mulheres era vedada a arte literária”, nesse sentido, estão o menosprezo e o repúdio às experiências sociais que envolvem a mulher no campo cultural no século XIX, espaço até então de atuação expressivamente e exclusivamente masculino. Provocar a discussão da situação da mulher, enquanto leitora, é antes de tudo

pensar nas condições possíveis para que ela, no espaço doméstico da casa, realizasse, livre ou não, a prática da leitura.

Alessandra El Far (2006), em *O livro e a leitura no Brasil*, relata que, no século XIX, o acesso aos livros e à educação constituía um privilégio para os homens. As mulheres das classes altas e médias, principalmente as mais moças, viviam reclusas. A casa era seu recinto, o lugar sagrado voltado para a família. A autora em seu estudo diz também que:

Se para os homens [...] o acesso aos livros e à educação constituía um privilégio, podemos imaginar a difícil situação enfrentada pelas mulheres. No início do século XIX, o viajante e comerciante inglês John Luccock escrevia, em seu livro de notas, uma breve observação sobre a condição feminina no Rio de Janeiro: “As mulheres das classes altas e médias, especialmente as mais moças, vivem muito reclusas em nossa própria terra. O pouco contato que os costumes com elas permitem põe a nu a sua falta de educação e instrução”. (EL FAR, 2006, p. 13-14)

A mulher brasileira era vista somente como o ser mãe, esposa, amiga e companheira do homem, sua aliada na luta da vida, criadora e primeira mestra de seus filhos, confidente e conselheira natural do marido, guia da sua prole, quem analisa as economias da casa. A educação formal, a leitura e os livros não pertenciam à vida feminina.

Perrot (2007), no livro *Minha história das mulheres*, afirma que de início a religião e o imaginário: místicos e literários; a oração, a meditação, a poesia e o romance, foram as *vias da escrita* (termo utilizado pela autora) para as mulheres em tempos de repressão. Na Idade Média, os conventos foram lugares de leitura e escrita para as mulheres, tanto que, no final do século XIII, as mulheres da nobreza pareciam superiores culturalmente aos homens da época, que se dedicavam a guerrear nas cruzadas e em outras situações. Segundo Bessa (2007), são do século XIX os primeiros textos escritos por mulheres brasileiras que têm alguma divulgação entre o público letrado. Diz ainda que:

A imagem da mãe-esposa-dona de casa como a principal e mais importante função da mulher correspondia àquilo que era pregado pela Igreja, ensinado por médicos e juristas, legitimado pelo estado e divulgado pela imprensa. Ao homem cabe o espaço público da produção, das grandes decisões e do poder; à mulher pertence o domínio da casa e o espaço privado do mundo doméstico. Ao homem compete à esfera pública, e à mulher, a responsabilidade de reprodução e as tarefas domésticas. Mesmo em meio a esse contexto de isolamento do ambiente cultural e de uma existência estreita



e confinada, umas poucas mulheres vão aparecer na história da literatura. (BESSA, 2007, p. 1)

Bessa (2007) afirma que a situação em que se encontrava a mulher começa a mudar no mundo a partir da segunda metade do século XIX. Na Europa e nos Estados Unidos, as mulheres começam a se organizar em movimentos reivindicando seus direitos políticos e sociais. Na segunda metade do século XIX, esses movimentos repercutem entre as mulheres brasileiras e já é possível observar divergências no patriarcado e nas regras de subordinação da mulher que afetam os valores tradicionais. Somente no século XX, foram legitimados os direitos que as mulheres conquistaram: o direito ao voto, inclusão de suas vozes na construção da história e acesso à universidade. A mulher brasileira, desde o início da colonização, estava condenada a uma vida de repressões e reclusões, isso se deve ao âmbito literário e educativo também. Em suma, para elas, só existiam em um círculo fechado voltado para a existência doméstica.

No que tange à literatura, só no século XIX são divulgados entre o público alguns textos escritos por mulheres brasileiras. Bessa (2007, p. 2) atrela ao fato dessa época “ocorrem importantes mudanças políticas, econômicas e sociais (a Revolução Industrial, emancipação das colônias americanas e início da era romântica)”. Assim, a reclusão e preconceito voltavam-se para as mulheres como forma de refletir um pensamento machista da época de reduzir sua participação na sociedade somente aos afazeres domésticos.

Coelho (2005), em *A Emancipação da Mulher e a Imprensa Feminina no século XIX*, fala a respeito da imprensa feminina e o papel das escritoras ao destinarem seus textos aos periódicos com o intuito de fazer circular suas ideias na sociedade:

[...] sobre a imprensa feminina: nela ficaram os testemunhos de tudo que fazia parte do cotidiano da mulher brasileira na época, desde os comentários sobre moda, espetáculos de teatro jogos de salão, conferências, receitas culinárias, carnaval, romances, poesias, problemas com filhos, etc., etc., até as reivindicações feministas (ou pré-feministas). (COELHO, 2005, p. 3)

As edições jornalísticas de cunho feminino, segundo Coelho (2005), foram se multiplicando, ocupando espaços variados e gerando acirradas discussões entre os sexos. Em parte, elas foram responsáveis não somente pelo desenvolvimento do hábito da leitura entre as mulheres, mas provocou também o surgimento de uma consciência e de uma identidade feminina baseadas em trocas veladas e/ou explícitas. Consequentemente, percebo, a partir disso, as mulheres que sempre estiveram às margens da sociedade foram abrindo e ampliando

seus espaços de atuação e iniciaram um movimento de dupla circulação e articulação, intercambiaram o lugar e o papel do feminino. Ocuparam, simultaneamente, a margem e o centro, disputando uma parte de um todo na sociedade brasileira.

Bezerra (apud COELHO, 2005, p. 12), em *Escritoras Brasileiras do Século 19*, diz que “suas autoras deixam muito claro que a qualidade estética e não o sexo deve ser o critério de inclusão das mulheres escritoras no cânone literário. Sua publicação certamente vai tirar a questão do cânone do imobilismo em que se encontra.”. Contudo, mesmo com todas as dificuldades e obstáculos enfrentados, muitas dessas mulheres não se calaram e foram jornalistas, poetas, ensaístas, fundaram escolas, jornais literários, tiveram uma vida política, cultural e literária ativa.

Sobre as escritoras baianas, Leite (2005) faz um estudo que considero essencial para explicar que a discriminação começava na própria elite local. A autora expõe sobre a obra de Pedro Calmon, *História da Literatura Baiana*, que não estava interessado em incluir nomes femininos ao seu livro, porém ele abre espaço para um pequeno grupo, composto por: Anna Autran, Inês Sabino Pinto Maia, Ildefonsa Laura César, Maria Augusta da Silva Guimarães, Maria Clemência da Silveira Sampaio, Adelaide de Castro Alves Guimarães, Amélia Rodrigues, Maria Elisa de Mirando Chaves. Apesar de serem da alta sociedade, eram chamadas pelo autor de “poetas menores”.

Em um caminho árduo para o conhecimento de suas letras, reconhece-se que tais mulheres, dentre outras, surgiram revelando timidamente suas produções. Leite (2005, p. 159) ratifica: “As mulheres poetisas, escritoras e jornalistas possivelmente ampliaram a capacidade de compreensão da realidade à sua volta e se firmaram enquanto pessoas dedicadas à arte da escrita com ideias e conteúdos próprios, após terem vivenciado o ato da leitura.”

Anos mais a frente, temos o exemplo da grande poetisa Lygia Fagundes Telles justamente por se tratar de uma escritora que atravessou desde os períodos mais revolucionários da luta feminista até seu amadurecimento atual e que busca lidar essencialmente com o universo feminino em sua obra (LEITE, 2005).

Leite (2005) traz que no romance *As Meninas* (1973) Lygia Fagundes Telles aborda o pensamento crítico na voz de personagens femininas, quando diz: “Sempre fomos o que os homens disseram que nós éramos. Agora somos nós que vamos dizer o que somos.” Temos, assim, a valorização de um *outro* olhar, o feminino, sobre uma tradição histórico-literária, até então masculina. A escrita feminina constitui um olhar diferenciado, o olhar das minorias. A temática da escritura feminina é, pois, o *estar* no mundo, abordando o retrato das vivências da mulher no seu dia a dia.

#### 4 OS OBJETOS DE ESTUDO: TRANSCRIÇÕES

Apresentarei aqui a transcrição dos dois textos: o primeiro, *A mulher e a litteratura*, escrito por Anna Autran; e o segundo texto, *A mulher e a litteratura XVI*, redigido por Belarmino Barreto, recolhidos do jornal **Diário da Bahia** – 1871. Antes disso, explico a teoria e os aspectos utilizados para transcrever os documentos.

Os textos foram transcritos segundo pressupostos teóricos da Filologia Textual ou Crítica Textual. Esta, para Cambraia (2005) é o campo do conhecimento que se ocupa da restituição do texto genuíno, ou seja, do texto primeiro. Sua motivação está no fato de que um documento sofre alterações ao longo do processo de sua transmissão. O autor acrescenta que:

[...] a contribuição mais evidente e importante da crítica textual é a *recuperação do patrimônio cultural escrito* de uma dada cultura. Assim como se restauram pinturas, esculturas, igrejas e diversos outros bens culturais da humanidade, a fim de que mantenham a forma dada por seu autor intelectual, igualmente restauram-se os livros em termos tanto físicos (recuperação da folha, encadernação, da capa, etc.) quanto de seu conteúdo (recuperação dos textos). (CAMBRAIA, 2005, p. 19)

É sabido que a Filologia é compreendida como o estudo e a análise da cultura de um povo, através dos documentos escritos deixados por ele, uma vez que, durante seu percurso histórico, o homem deixa vestígios de costumes, hábitos e valores que lhe são peculiares em um determinado período. Desse modo, a importância dos estudos filológicos na constituição científica dos estudos de linguagem(ns) e nas abordagens históricas de fenômenos socioculturais é inegável contribuição para a compreensão da história dos povos e resgate de sua memória cultural.

Através da recuperação dos textos, a atuação do filólogo faz-se necessária e imprescindível. A função desse estudioso é “concentrar-se no texto, para explicá-lo, restituí-lo à sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado [...], tornando-o inteligível com toda a sua extensão e com todos os seus pormenores” (SPINA, 1994, p. 82). Assim, esclareço que o resgate de textos retirados do obscuro dos acervos baianos justifica a importância deste trabalho de pesquisa.

Para a transcrição dos textos, conforme aspectos filológicos, foram adotadas as seguintes *normas* (Termo utilizado por Cambraia (2005) sobre os métodos utilizados para transcrever e editar um texto recolhido):

1. Ser fiel ao texto original.
2. Respeitar a grafia e pontuação do texto original, emendando-se apenas os erros, indicando-os entre colchetes.
3. Desdobrar as abreviaturas, apresentando-as com uso de parênteses.
4. Usar colchetes e reticências para indicar letras, palavras ou trechos cuja leitura foi impossibilitada pela condição do suporte: [...].
5. Conservar o uso do itálico e o negrito, conforme original.
6. Manter a grafia dos nomes/expressões em língua estrangeira, conforme o original.
7. Utilizar o *[sic]* para evidenciar que o uso incorreto ou incomum de pontuação, ortografia ou forma de escrita (erro de digitação ou impressão) de seu autor original.

#### 4.1 A MULHER E A LITTERATURA (ANNA AUTRAN)

O debate intitulado *A mulher e a litteratura* foi publicado no *Diário da Bahia*, jornal de extrema importância para assuntos e grandes debates da época – século XIX. Durante três meses, tal discussão foi destaque na sua circulação e nas vendas na região soteropolitana. (LEITE, 2005). Apresento, assim, os textos recolhidos para conhecimento e deleite do leitor. Para melhor visualização e para dar um destaque ao texto, ele está apresentado dentro de um quadro como moldura.

- Transcrição do texto escrito por Anna Autran, publicado no *Diário da Bahia*, em 02 de outubro de 1871, na seção de *Publicações a pedido*, página 4.

### **A mulher e a litteratura.**

Varios escriptores mais d'uma vez tem demonstrado quão necessario é a intelligencia e a educação á mulher; e mias (sic) d'uma vez tem sido infructiferas as suas palavras; e esta pobre creatura, á quem os povos tornarão fragil e os costumes fizerão acanhada, é barbaramente considerada como um espirito inferior e intelligencia mediocre.

Assim não cuidão na sua illustração!...Abafão á voz de sua consciencia que lhe faz conhecer os seus direitos!...Matão cruelmente o seu amor ás letras, e deixão perder-se tantos rasgos de eloquencia! Tanta poesia e belleza do genio, que de harmonia com o seu grande coração, deixa ospandir-se de seus labios os mais odoriferos perfumes, as mais suaves melodias!...

E tudo porque?

Porque fechando os olhos á razão, fazem-se ignorantes, considerando a mulher litterata, como esquecida dos seus deveres!

Forte irrisão! Engano inqualificavel.

A mulher jamais poderá ser litterata, sem po[s]suir um ta[l]ento superior e uma esmerada educação, e esta de accordo com aquelle, é quem mata as más propenções com que por acaso nasce, e a arrasta pelo caminho do dever.

A sua alma adevinha-se pelo seu genio, e o seu pensamento observa-se pelos seus escriptos e pelas suas palavras.

Ai! triste da mulher ignorante, que sem saber as lições do bem ou do mal, tem de lutar com a tenção (sic).

A mulher sem educação não pode pensar bem; nã[o] tem o verdadeiro conhecimento das coisas, e sem [te]mer qualquer perigo, ou mesmo responsabilidade, d[ei]xa-se levar pelas illusões do mundo.

E apesar disso, a mulher illustrada, longe de ac[...] muita animação, soffre uma guerra consideravel [...] materiaes, que procurão desmerecel-a con[...] supposições falsas; quando por ser justamente illustrada a litterata, é que jamais esquece-se da familia, e das occupações domesticas, pois não deseja dar um mau exemplo de sua litteratura.

A mulher quanto mais intelligente, é mais honesta, generosa, constante e compadecida; e amando mais os seus deveres do que ás letras, mais facil lhe será abandonar estas, do que aquelles.

Enfim, por mais trabalhosa que seja a nossa vida, sempre temos uma hora de

descanso, e é nessa hora que a mulher intelligente torna-se litterata.

Assim, longe de reprová-la, devemos animá-la, para que ainda torne-se mais sublime, engrandecendo-se, e engrandecendo sua patria! Comprando para seus filhos pelo trabalho de uma hora, uma pagina eterna. e legando-lhes, a par d'um o exemplar modelo, [...] futuro brilhante e um nome immorredouro.

A(nna) Autran.

#### 4.2 A MULHER E A LITTERATURA XVI (BELARMINO BARRETO)

- Transcrição do texto escrito por Belarmino Barreto, publicado no *Diário da Bahia*, em 08 de outubro de 1871, na seção de *Communicado*, página 2.

#### **A mulher e a litteratura**

#### **XVI.**

Muitas razões impedem as mulheres de entregar-se ao exercicio da litteratura: já explicamos algumas dentre ellas; vamos hoje dar outras.

Se ha ponto, em que mais se descubra a influencia das mulheres, é seguramente a amabilidade dos homens.

A mulher é naturalmente futil; o homem naturalmente grosseiro: a reunião das pessoas dos dous sexos corrige nas de cada um delles o que ha de fraco ou de aspero.

D'ahi vem que os povos, que trancão as mulheres, são pouco sociaveis; as classes, que vivem fóra dellas, são rudes, como os marinheiros.

E' á mulher que se deve a amabilidade.

Ora, a amabilidade, que é no homem uma qualidade preciosa, é na mulher indispensavel, ó quasi um dever.

Beauchene nos diz isto: A sciencia raras vezes torna os homens amaveis; as mulheres, nunca.

Nem precisava que o dissesse.

As condições da amabilidade são a facilidade dos modos, o conhecimento das conveniencias, a graça da expressão, a diversidade na conversa e a ausencia de pretenções.

A litteratura mata tudo isto.

O que dá o desembaraço não é a sciencia, é o habito da sociedade: ve-te em um casa rica o creado, que sérve o chá e o filho do dono da casa que acaba, aos desasete (sic) annos de sahir, approved em todos os preparatorios, de um collegio, onde esteve desde seis annos, de idade, e vereis que o futuro bacharel, que sabe como se diz cadeira na linguas vivas e mortas; não sabe servir-se de uma, e apesar de ser o melhor estudante de rhetorica ignora como pedirá uma quadrilha a uma senhora.

Rousseau, que eu tanto gosto de citar, escreveu estas palavras dignas de um genio:

“A mulher tem tudo contra si, nossos defeitos, sua timidez, sua fraqueza; só tem em seu favor sua arte e sua belleza. Não é justo que cultive uma e outra? Mas a belleza perece por mil accidentes; passa com os annos, o habito destroe-lhe o effeito. Só o espirito é o verdadeiro recurso do bello sexo; não esse espirito tolo, a que se dá tanto apre[ç]o no mundo, e que não serve de nada para a felicidade da vida, mas o espirito de seu estado, a arte de tirar partido do nosso.”

Seguramente a belleza é a primeira vantagem da mulher, vantagem que não se discute e que domina instantaneamente. Mas ha outras que durão mais tempo e que conseguem mais, porque a belleza se embota com o habito, motivo porque enquanto os estranhos admirão sempre uma moça formosa, as pessoas de casa são-lhe indifferntes.

Formosa cousa uma mulher formosa; mas se não falla, se não se move, que será mais do que um lindo *quadro-vivo*?

O que mais seduz na mulher são as graças, ou se o quizerdes, o espirito.

E tanto sabem disto as mulheres que, quando são feias, recorrem a certas momices e meneios, sobre os quaes contão ganhar o que lhes nega o rosto.

Ha esta differença entre a mulher formosa e a que tem graças: a mulher formosa é amada

Desde o dia em que te vi, segundo resa a modinha; mas sua impressão desaparece pouco a pouco, ou cede a outra mais formosa; a mulher dotada de graças naturaes não é amada senão a proporção que o tempo se passa, e quando mais se passa.

E’ o segredo de certas paixões, que escandalisão as mulheres: “Que achou Fulando em Sicrana que tanto o apaixonou? Uma mulher tão feia!”

E’ que essa mulher feia, ou feiota, como a chamais por escarneo vós, formosas; vós, estrellas deslumbrantes, tinha *encantos* no duplo sentido da palavra; era uma fada, ou, se o preferis, um feiticeira.

Venus teve por patria o que ha de formoso na terra, o espelho dos céus; mas do mar escolheu o que ha de travesso e caprichoso, a escuma, esse nada que assusta, essa agua

arrendada que borda a alvura da areia como a franja de setim a fimbria da cambraia.

Quando o S(enho)r D(ou)ro Augusto me fallou na estatua lindissima, que não era nada sem a vida, eu tive vontade de dizer lhe: Sim, meu amigo; sim; mas a vida da mulher é o amor; é elle que anima a belleza, e a amabilidade não é senão a imagem do amor. Se a gramatica é a logica, amor e amabilidade são ramos da mesma arvore. Scientificamente se diz que teem a mesma raiz.

A natureza, harmonica em tudo, tendo feito a mulher para educadora de crianças, concedeu-lhe um genis movel, como convinha que fossem as impressões que devião agitar os órgãos fracos dos meninos, para não matal-os por sua p[e]rsistencia.

Essa mobilidade é a base da amabilidade e o attributo materno é ao mesmo tempo uma origem de poder.

Mas não basta para ser-se amavel o desembaraço; é preciso o conhecimento das conveniencias.

A mulher que, primeira educadora, destinava-se a reconhecer nas acções vagas e inconstantes da criança seu genio, foi dotada tambem da faculdade de apanhar rapidamente situações. Mas quer o desembaraço, quer o conhecimento das conveniencias, pedem o tempo que se gasta na sociedade.

A litteratura, isolando as mulheres no seu gabinete, tira-lhes estas vantagens, impede-lhes que agradem e mata-lhes por tanto a felicidade.

E tanto assimé que a Ex(celentíssi)ma S(enho)ra Dona Anna Autran, que quer a mulher litterata, nos disse que não devia ella frequentar bailes e theatros; mas estar sempre em casa.

Pelos modos os costumes chinezes que quebrão quasi os pés ás meninas são bem sensatos.

A litteratura tem ainda outros inconvenientes.

O homem litterato aprofunda as questões; toma um assunto e estuda-o bem e limita os conhecimentos geraes a proporção que os estende sobre aquelle certo ponto.

Ao contrario a graça da mulher está n'uma conversa variada, justamente porque nada aprofunda.

O litterato ainda cria um systema e por elle pauta todos os factos que encontra.

Succede porém muitas vezes que o espirito acostumado ás deducções theoricas torna-se improprio para as applicações não calculadas, phenomenos excepçionaes, e deste modo vae por terra todo systema: d'ahi o desaso (sic) dos estudiosos na sociedade.



Vemos um homem discorrer perfeitamente sobre o caracter das mulheres e o amor: esse mesmo homem não consegue nunca ser amado.

Fóra do amor, encontrareis homens doutissimos em medicina, que vos dirão sobre uma molestia quanto a sciencia tem revelado: e succede que possam ser clinicos infelicissimos.

Não seria ridiculo que a mulher quizesse livrar-se do amor estudando theorias?

Jorge Sand é uma grande romancista; sabe perfeitamente o que é o amor e os homens; muito bem. Por que foi infeliz no lar domestico com toda sua sciencia?

O philosopho de Genebra escreve perfeitamente sobre o assumpto:

“Os homens philosopharaõ melhor do que a mulher sobre o coração humano; mas ella lerá melhor do que elles no coração dos bomens [sic]. E’ ás mulheres que toca achar por assim dizer a moral experimental; a nós cumpre reduzil-a a systema. A mulher tem mais espirito, e o homem mais genio; a mulher observa e o homem raciocina; deste concurso resultão a luz mais clara e a sciencia mais completa que pode adquirir o entendimento humano nas cousas moraes; o conhecimento mais seguro, em uma palavra, de si e dos outros, que esteja ao alcance de nossa especie. Eis ahi como a arte pode tender incessantemente a aperfeçoar o instrumento dado pela natureza.

“O mundo é o livro das mulheres: quando o leem mal, é culpa dellas, ou alguma paixão as cega.”

Esse “espirito de seu estado’ pois, como o chama Rousseau, não se aprende nos livros; nem era possivel que se aprendesse; porque se concordão que o fim principal da mulher é o casamento, que é essa toda a aspiração de sua alma e o destino especial que lhe deu a natureza, devem concordar tambem que, sábia como é a natureza, devia dar os meios a quem dava os fins.

Ora, phisicamente, quando a mulher sente o imperio do amor, está habilitada pela natureza para inspiral-o e constituída em ordem a cumprir sua missão.

Por outro lado seu coração enche-se de toda ternura para com a criança, que nem ainda nasceu; e seria ingratição pensar que a natureza que em favor do novo ente faz jorrar a fonte da vida sobre os mimos do amor, a natureza que faz da mulher fraca a mulher valente, que arranca seu filho ás garras dos leões; a natureza que lhe põe nos labios esta pergunta ansiosa: Que é de meu filho? Tivesse negado á joven (sic) mãe os meios intellectuaes de educal-o.

Mas aos 16 annos, aos 17, que tempo se teve para ser-se litterata, para estudar?

Por outro lado vemos o espirito da mulher crescer rapidamente nas cousas que lhe são naturaes, e uma mocinha de 18 annos ser mais esperta em certos assumptos do que o homem aos 35.

Agora, reparaí que mal faria á mulher a pretensão que lhe poderia dar sciencia.

Vede em um salão a moça, em vez de ser modesta e amavel, tornar-se impertinete, tagarella e orgulhosa, e querer impor suas opiniões a todo mundo, discutir, argumentar, como se um baile fosse uma sessão do Instituto.

E seria o que forçosamente teria de succeder; por que a mulher tem mais vaidade do que o homem.

Se incommoda muito em uma sociedade ouvir uma moça, que não consente que se faça outra cousa senão ouvirem-na cantar; se aborrece ir a uma casa, onde vai-se todo tempo em admirar as gentilezas de um menino; o que seria ser-se obrigado a perder uma noite em ouvir uma senhora fallar de si?

Supponhamos que essa mulher seja um genio. Um homem, em taes condições, a quem admirão portanto, tem conseguido tudo; a mulher não tem conseguido nada; porque a mulher para valer alguma cousa precisa o ser amada.

Não o digo eu; mas Beauchêne e Saint-Omer.

Beauchêne: “A admiração é um sentimento frio, que fica muito a quem dos desejos das mulheres para que os satisfação plenamente: comprehendem ellas que não é para ser admiradas que são bellas.”

Saint-Omer: “Uma mulher que só sabe fazer-se admirar é uma mulher nulla.”

A litteratura mata a amabilidade das mulheres. Sera o unico mal que lhes faz? Não.

Bahia 6 de outubro ee (sic) 1871.

B(elarmino) Barreto.

Após a exposição dos documentos, leremos esses textos, tomando como base a concepção de leitura que trata da interação entre o leitor e o texto, na interpretação e produzindo sentidos, destacando que todo texto guarda em si a noção de incompletude. Apostando, segundo palavras de Orlandi (2006, p. 199), “[...] na relação do texto com outros textos (a intertextualidade), na relação do texto com a experiência do leitor tanto em relação à linguagem como em relação ao seu conhecimento de mundo, sua ideologia, etc.” Uma leitura recheada de significados e condições de produção, favorecendo a uma leitura polissêmica, conceituada pela atribuição de sentidos ao texto.

## 5 OS CAMINHOS PARA A LEITURA E OUTRAS LEITURAS

Pela própria natureza do texto em estudo, busco indicar ao meu leitor uma leitura polissêmica dos documentos resgatados. Compartilho tal ideia com Orlandi (2003, p. 180), quando ela diz que “[...] o *texto* é o lugar, o centro comum que se faz no processo de interação entre o falante e o ouvinte, autor leitor.” Proponho aqui uma produção de leitura em torno do texto jornalístico, que, por ser documento primário, é uma fonte de informações que pode ser estudado partindo-se de várias perspectivas. Toma-se como *corpus* de análise dois textos – *A mulher e a litteratura*, um redigido e enviado pela escritora Anna Autran e outro, por Belarmino Barreto ao jornal *Diário da Bahia*, em finais do século XIX. Como disse anteriormente, a leitura aqui proposta se fundamenta nos aportes teóricos da Análise do Discurso de Linha Francesa. Para tanto, acredito que, através desse escrito produzido por uma feminista baiana e um escritor machista, pode-se estudar as leituras, as condições de produção e o modo como as mulheres eram percebidas e como percebiam a si próprias e o contexto sócio-histórico-cultural e educacional em que viviam.

### 5.1 A ANÁLISE DO *CORPUS*: AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E O LUGAR DA INTERPRETAÇÃO

Conforme pesquisa e leitura realizadas, entendo que toda análise se baseia na construção de um dispositivo da interpretação, originando o lugar onde de fato ela acontece. Esse dispositivo tem como característica colocar o dito em relação ao não-dito, o que, nas entrelinhas, também geram sentidos. Orlandi (2003, p. 59) afirma que isso não quer dizer que ela, a interpretação, “procura o sentido ‘verdadeiro’, mas o real do sentido em sua materialidade lingüística e histórica”. Assim, pois, é importante ressaltar que a AD de linha francesa inaugura novas formas de ler e indica que ao realizar essa prática deve-se refletir sobre o dito e o não-dito, pois ao longo de todo dizer existe uma margem de não-ditos que também significam. Nesse caminho, está o enunciado que, segundo Pêcheux (apud ORLANDI, 2003, p. 59), “é sempre suscetível de ser/tornar-se outro.” Esse é o lugar da interpretação. O sujeito leitor se move, no espaço de interpretação, entre o dizer e o não dizer. É justamente nesse espaço que se concentra a análise baseada nos conceitos discursivos.

Na análise dos textos *A mulher e a litteratura*, o que está em jogo, sobretudo e essencialmente, é as relações entre os sujeitos. Se o discurso é efeito de sentido entre interlocutores, a tensão constituinte da relação entre estes interlocutores não é estranha aos

sentidos nele produzidos e aos valores postos. Nas suas condições de produção, os discursos dos dois textos encontram-se materializados em uma mesma ideologia, contudo, são distintos já que os sujeitos abordam formações discursivas diferentes. O lugar (*locus*) de onde parte o discurso do texto de Anna Autran, *A mulher e a litteratura*, é o feminino. Já o escrito por Belarmino Barreto, em *A mulher e a litteratura XVI*, é o masculino, o conservador.

*A mulher e a litteratura* são dois textos jornalísticos ambientados no período do Império do Brasil, no ano de 1871, divulgados pelo periódico *Diário da Bahia*, em torno de diversos fatos históricos, dentre eles o abolicionismo (ano da Lei do Ventre Livre; os ideais abolicionistas que resultaram na Lei Áurea em 1888) e a criação do Partido Republicano. Os textos abrangem aspectos sobre a mulher, a literatura, a educação e os comportamentos das damas na sociedade. Apesar de não ser o foco da escrita dos documentos, tais aspectos são tratados como denúncia, anúncio, defesa e ataque pelos seus autores. Assim, a importância conferida às condições de produção já se revela nas palavras do título: *A mulher e a litteratura*, porém o que permeia, o que contorna o texto é a defesa ou a renúncia da educação feminina meados do século XIX.

Ressalto importante considerar que o texto escrito por Anna Autran foi publicado em 02 de outubro de 1871, na seção de *Publicações a pedido*, seção localizada na última lauda do periódico: página 04. Silva (1979) afirma categoricamente que as *Publicações a pedido*, dessa época, serviam para o popular insultar, criticar ou desafiar qualquer desafeto particular. E os desafetos para Anna eram os homens e os paradigmas machistas estabelecidos por uma cultura falocêntrica e patriarcal. Em contraposição a isso, o texto escrito por Belarmino Barreto, em 08 de outubro de 1871, foi divulgado na seção de *Comunicado*, localizado na segunda página do jornal, setor que estavam os textos das principais notícias e de autores renomados da época. O posicionamento dos textos nas divisões do jornal revela a diferença da importância dada para as produções escritas pelas mulheres e pelos homens.

Leite (2012) afirma que as narrativas da escritora Anna Autran colaborou intensamente para a imprensa, escrevendo em jornais baianos, cariocas e portugueses, mostrando-se bastante agitadora e polêmica. Republicana e abolicionista convicta, ela se revelou uma das pioneiras na luta pelos direitos sociais da mulher na Bahia. O seu testemunho não deixava dúvidas:

Varios escriptores mais d'uma vez tem demonstrado quão necessario é a intelligencia e a educação á mulher; e mias (sic) d'uma vez tem sido infructiferas as suas palavras; e esta pobre creatura, á quem os povos

tornarão fragil e os costumes fizeram acanhada, é barbaramente considerada como um espirito inferior e intelligencia mediocre.

Assim não cuidão na sua illustração!...Abafão á voz de sua consciencia que lhe faz conhecer os seus direitos!...Matão cruelmente o seu amor ás letras, e deixão perder-se tantos rasgos de eloquencia! Tanta poesia e belleza do genio, que de harmonia com o seu grande coração, deixa ospandir-se de seus labios os mais odoriferos perfumes, as mais suaves melodias!...

E tudo porque?

Porque fechando os olhos á razão, fazem-se ignorantes, considerando a mulher litterata, como esquecida dos seus deveres!Forte irrisão! Engano inqualificavel. (AUTRAN, 1871, p. 4)

Observo aqui o funcionamento do interdiscurso, visto que as declarações já ditas por “Varios escriptores” remetem a um discurso-outro, a outros já-ditos, como é possível verificar na sequência discursiva: “Varios escriptores mais d’uma vez tem demonstrado quão necessario é a intelligencia e a educação á mulher; e mias (sic) d’uma vez tem sido infructiferas as suas palavras.” (AUTRAN, 1871, p. 4). Outros discursos, outras vozes, numa relação de confronto, tecem o texto escrito pela poetisa. O interdiscurso aponta que os dizeres que já foram ditos tenham sentido em nossas palavras, uma vez que o sujeito nunca é a origem de seu dizer, como a origem das expressões “espirito inferior” e “intelligencia medíocre”.

Ao ser considerada como inferior e medíocre, os discursos “abafão”, ocultam, não permitem que as mulheres se conscientizem dos seus direitos. “Matão cruelmente o seu amor ás letras e deixão perder-se tantos rasgos de eloquência”. Atitudes que silenciam o cultivo pela escrita e leitura, bem como a capacidade da verbalizar, discutir assuntos diversos em qualquer lugar e com qualquer pessoa. Anna considera um “engano qualificável”, um engano absurdo, ao tratarem que a mulher no exercício da literatura, refuta e esquece os seus deveres, que são aqueles prestigiados por sua sociedade: o de ser dona de casa; dona do lar; ser mãe.

Suas reflexões giram em torno da ideia de que a mulher possuía capacidades intelectuais iguais às dos homens. Abro parênteses para dizer que, se a AD de linha francesa aponta para as suas questões teóricas a noção de sujeito, o indivíduo torna-se sujeito do discurso, sendo interpelado pela ideologia, a qual se inscreve em uma determinada formação discursiva, aquilo que determina o que pode e deve ser dito. Esse sujeito, por ser um sujeito inscrito na história, é afetado pelo inconsciente e pela ideologia que o cerca. Não só a emoção era atributo do seu sexo, a razão estava presente no convívio da escritora. O amor às letras deveria ser algo assegurado no meio em que vivia, assim como o conhecimento dos seus

direitos e o acesso à educação. Não via incompatibilidade alguma entre o exercício de profissões e a dedicação aos estudos com o projeto da família.

O dom de ser dama, de comportar-se como tal, poderia caminhar ao lado da educação e do exercício da leitura e escrita. Como afirma:

A mulher jamais poderá ser litterata, sem po[s]suir um ta[l]ento superior e uma esmerada educação, e esta de accordo com aquelle, é quem mata as más propenções com que por acaso nasce, e a arrasta pelo caminho do dever. [...]

A mulher sem educação não pode pensar bem; nã[o] tem o verdadeiro conhecimento das coisas, e sem [te]mer qualquer perigo, ou mesmo responsabilidade, d[ei]xa-se levar pelas illusões do mundo. (AUTRAN, 1871, p. 4)

Era no campo da educação que a crítica da autora abria caminho para um movimento pelos direitos femininos, que apesar da falta de unidade e sistematização sinalizava para uma questão comum levantada por muitas senhoras de diversas partes do país. Castro (1996, p. 10) reitera que “as mulheres, no passado, presas às atividades do lar, sempre foram formadas para misteres típicos e imediatos da habitação. ‘Prendas domésticas’ era imprescindível ou única meta no educar.” A educação escolar era desprezada. A educação doméstica era o aprendizado do servir, do ser amável, delicado, gentil e senhoril com os filhos e maridos. A instrução pela leitura de livros, folhetins, romances era às escondidas.

No que tange à condição de produção do contexto histórico da época, Veríssimo (1985, p. 120) afirma que, na segunda metade do século XIX, o perfil das mulheres sem instrução, sem cultura espiritual, “sem nenhuma prendas de espírito, sem convívio social, sem alguma ciência do mundo e da vida”, não correspondia mais às demandas da vida na sociedade brasileira.

A causa de todo o pensamento de subordinação se originaria, na perspectiva da baiana, a partir da desigualdade da educação ministrada entre os sexos e sobre as obrigações de educar e servir que eram impostas como únicas para a mulher. Vemos isso pelo trecho: “A mulher quanto mais inteligente, é mais honesta, generosa, constante e compadecida; e amando mais os seus deveres do que ás letras, mais facil lhe será abandonar estas, do que aquelles.” (AUTRAN, 1871, p. 4). Anna Autran transparece a visão de uma menina-adolescente que atribui à literatura um meio de realização e crescimento. A sua inclinação para as letras descortinava um destino diferente do de muitas moças encerradas em casas e conventos e longe de suas pretensões.

Diante dos estudos do texto e sobre educação feminina, de acordo com Veríssimo (1985), ancorado em uma premissa positivista, percebo que pairava no discurso dos intelectuais da época um tipo de conformação, dentro da sociedade brasileira, que exaltava o caráter maternal e educativo da mulher, defendendo a ideia de uma instrução para as mulheres numa perspectiva de prepará-la, adequadamente, para o papel de mãe e de esposa. Dessa maneira, estariam, indiretamente, educando os homens, pois as primeiras noções de educação são dadas pela mãe dentro do lar. Isso ratifica o dito por Anna Autran em seu texto.

O contexto educacional era, sob esse aspecto, mais moral que intelectual, retornando, pois, ao princípio de que a mulher deveria ser mais educada, que instruída. Logo, a educação recebida pela mulher precisava estar de acordo com o que ela devia saber a fim de educar os filhos, uma vez que, nas palavras de Veríssimo (1985, p. 125), “na opinião de muitos, não havia porque ‘mobilier’ a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial, como esposa e mãe, exigiria uma moral sólida e bons princípios.”

Contudo, para Anna Autran, não existiam argumentos que a convencessem da distinção na educação dos sexos e muito menos dos preconceitos arraigados que impediam a mulher de realizar seu prazer de leitura e escrita.

Enfim, por mais trabalhosa que seja a nossa vida, sempre temos uma hora de descanso, e é nessa hora que a mulher inteligente torna-se litterata.

Assim, longe de reprová-la, devemos animá-la, para que ainda torne-se mais sublime, engrandecendo-se, e engrandecendo sua pátria! Comprando para seus filhos pelo trabalho de uma hora, uma página eterna. e legando-lhes, a par d’um o exemplar modelo, [...] futuro brilhante e um nome immorredouro. (AUTRAN, 1871, p. 4)

Existe, pois, a clara defesa do acesso das mulheres ao campo das letras. As mulheres de elite foram afastadas da vida pública pelo menos até a segunda metade do século XIX. Contudo, o fato de terem ocupado o âmbito da casa não significa que foram, por isso, inferiores aos homens ou que não tiveram tendência diante de suas próprias vidas. Era a partir da perspectiva do lazer, do descanso como aponta Anna, que a leitura deveria penetrar sem sobressaltos e prejuízos na rotina da mulher e da família. Ficava claro o interesse da autora em enfatizar a compatibilidade da leitura com os papéis sociais femininos tradicionais a serem cumpridos. Poderia ser uma estratégia para reafirmar os seus propósitos e continuar prosseguindo nas suas reivindicações.

Mesmo tendo apenas quinze anos de idade, pelo tom dos seus discursos, Anna Autran mostrava conhecimento dos valores morais vigentes e da intolerância que habitavam no meio

intelectual baiano. De qualquer modo, a ideia da leitura como algo útil, lúdico e prazeroso estava incorporada à sua conduta. Pelo nível de compreensão da situação social da mulher no mundo, tão bem esboçado nesses artigos que escreveu para o jornal baiano, ainda na fase da adolescência, supõe-se que tenha exercido intensamente o ato de ler. Acredita-se, pois, que, segundo pensamento de Anna, a mulher poderia exercer as letras e ser literata, não deixando de lado suas funções, enquanto mulher.

Branco e Brandão (1989, p. 137), nesse sentido, refletem que a maneira menos agressiva de se abordar a questão das relações entre o feminino e a escrita seja também a maneira mais radical: “aquela que envereda pelo impossível do discurso, pelos silêncios do inominável, pelos absurdos de uma pré-linguagem que se quer além (ou aquém) do verbo, mais que se quer também comunicação.”

Um posicionamento conservador, machista e eminentemente católico constroem as condições de produção do texto *A mulher e a litteratura XVI* escrito por Belarmino Barreto. O interdiscurso definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, está presente, quando Barreto (1871, p. 2) inicia sua escrita expondo que: “Muitas razões impedem as mulheres de entregar-se ao exercicio da litteratura: já explicamos algumas dentre ellas; vamos hoje dar outras”. Essas razões ou sentidos já ditos por alguém, em algum lugar, têm um efeito sobre o discurso estreado pelo autor. De fato, por séculos, as relações entre os gêneros mantiveram (e ainda mantêm, mas com menor intensidade) um caráter excludente com relação à mulher e que se dava tanto nos campos político, econômico, educacional, social e literário. De acordo com o *discurso machista*, essa exclusão seria, de uma certa forma, justificada pelo fato de que as mulheres seriam menos capazes (pouco inteligentes, muito frágeis) do que os homens. Utilizo aqui a expressão *discurso machista* como uma denominação genérica, usada para se referir a uma série de produções discursivas unidas por um mesmo fio condutor, de acordo com aquilo que Orlandi (2003) denomina paráfrase. É a manutenção do já dito, sem qualquer espécie de rompimento dos significados. Nesse sentido, Barreto (1871, p. 2) reitera no trecho citado:

A mulher é naturalmente futil; o homem naturalmente grosseiro: a reunião das pessoas dos dous sexos corrige nas de cada um delles o que ha de fraco ou de aspero.

D’ahi vem que os povos, que trancão as mulheres, são pouco sociaveis; as classes, que vivem fóra dellas, são rudes, como os marinheiros.

E’ á mulher que se deve a amabilidade.



Ora, a amabilidade, que é no homem uma qualidade preciosa, é na mulher indispensável, ó quasi um dever.

Beauchêne nos diz isto: A sciencia raras vezes torna os homens amáveis; as mulheres, nunca.

Nem precisava que o dissesse.

As formações discursivas presentes cruzam-se com as *relações de forças* pela qual se liga o sujeito ao lugar social do qual diz. Os conceitos fechados e adjetivos empregados em certas expressões como mulher/fútil, mulher/dever/amabilidade, homem/grosseiro, marinheiros/rudes caracterizam uma formação ideológica do dito sobre sujeitos vistos de forma abrangedora. Se para o homem a amabilidade era importante, para a mulher era imprescindível, contudo o que destruía tal aspecto nela era a ciência, uma vez que, no homem, a mesma o torna mais amável, conforme citação do pensamento de Beauchêne, dos sujeitos, da sociedade, pois, “nem precisava que o dissesse”, já era pensado.

Belarmino Barreto, escritor bem mais velho que Anna Autran, traz, em seu texto, vários cânones da época: Jean-Jacques Rousseau, a quem se refere como “philosophe de Genebra”, Beauchêne, Saint-Omer e Jorge Sand, uma romancista da época. Assume-se um bom leitor do filósofo Rousseau. Reproduz através de sua citação as “estereotípias da concepção naturalista em voga.” (LEITE, 2005, p. 197).

Rousseau, que eu tanto gosto de citar, escreveu estas palavras dignas de um genio: ‘A mulher tem tudo contra si, nossos defeitos, sua timidez, sua fraqueza; só tem em seu favor sua arte e sua belleza. Não é justo que cultive uma e outra? Mas a belleza perece por mil accidentes; passa com os annos, o habito destroe-lhe o effeito. Só o espirito é o verdadeiro recurso do bello sexo; não esse espirito tolo, a que se dá tanto apre[ç]o no mundo, e que não serve de nada para a felicidade da vida, mas o espirito de seu estado, a arte de tirar partido do nosso.’ (BARRETO, 1871, p. 2)

Sem interromper o fio discursivo, Belarmino inscreve no seu discurso as palavras do *outro*, emprega o discurso direto de Rousseau, assinalando-as por meio de aspas. Tal remissão funciona como uma marca de atividade de controle sobre seu próprio texto. Ele se coloca como, o que Brandão (2001) chama de “porta-voz”, apontando a presença de outro no discurso. Evidente que Belarmino concorda e ratifica o dito pelo filósofo, chamando-o de *gênio*, palavra com que revela a autoridade que lhe atribui. Afirmam que para a mulher somente a arte e a beleza está a seu favor. Seria justo somente e só se cultivasse tais aspectos,

contudo, com os anos a beleza se esvai e o que permanece é o espírito, o interior. O que Rousseau chama de “o verdadeiro recurso do bello sexo”.

Belarmino, em um momento, até elogia o fato de a mulher ser prestativa e saber lidar facilmente com as coisas, porém a menospreza, quando se trata do seu envolvimento com a literatura. Vê-se no trecho:

A mulher que, primeira educadora, destinava-se a reconhecer nas acções vagas e inconstantes da criança seu genio, foi dotada tambem da faculdade de apanhar rapidamente situações. Mas quer o desembaraço, quer o conhecimento das conveniencias, pedem o tempo que se gasta na sociedade.

A litteratura, isolando as mulheres no seu gabinete, tira-lhes estas vantagens, impede-lhes que agradem e mata-lhes por tanto a felicidade.

E tanto assim é que a Ex(celestíssima) S(enho)ra Dona Anna Autran, que quer a mulher litterata, nos disse que não devia ella frequentar bailes e theatros; mas estar sempre em casa.

O elogio é posto, porém, em seguida, aparece uma marca discursiva importante para entendimento. Tida como uma conjunção adversativa por excelência, o “mas”, na terceira linha da citação, surge como contraposição ao que foi dito. Marca oposição aos dois enunciados. O primeiro que elogia a mulher como educadora e assume a perspicácia do trato nas situações; e o segundo que faz referência ao seu convívio com a sociedade.

Diante das leituras e estudos, considero um tanto estranho as palavras do crítico, Belarmino Barreto, ao citar, segundo palavras de Anna, que a mulher deveria estar sempre em casa. Leite (2005) afirma que o posicionamento de Anna Autran contra o confinamento das mulheres em atividades domésticas era uma crítica avançada para o ano de 1870, pois os valores eram essencialmente patriarcais. Nesse momento, no período da República, historicamente, havia um modelo burguês de vida, em que as mulheres assumiam o papel de esposa, dona do lar, dedicada, submissa, contudo, a autora afirma, categoricamente, pois, que Anna não vislumbrou em momento algum que as atividades domésticas, de costura, bordado, rendas pudessem suprir necessidades e significar alternativas de liberdade. Por outro lado, Leite (2005, p. 12) diz que “a grande maioria [das escritoras] ou se utilizava da estratégia de acatar-não-acatando ou construía seu próprio contra-discurso.”

Leite (2005), sobre essa questão, afirma que, nos jornais femininos baianos, publicados da segunda metade do século XIX até a primeira década do XX, a defesa por direitos aparece de maneira ainda muito tímida; e, quando acontecia, era de maneira paradoxal, uma vez que, na maior parte das vezes, talvez como forma de se preservarem ou

mesmo para serem ouvidas, as mulheres utilizavam do discurso masculino para atingir seus objetivos.

Dessa forma, surge o discurso em defesa da literatura feita por mulheres, em que a educação está atrelada não só às responsabilidades, enquanto senhora, dama e esposa, mas também ao seu dever literário, seja através das leituras ou da escrita de folhetins, jornais ou romances.

Nesse sentido, a educação da mulher se torna essencial, já que, como vimos na visão de Veríssimo (1985), para ser educadora era necessário ser também educada. A finalidade de educar a mulher era então fazer dela uma boa dona de casa, boa esposa e uma mãe amorosa, levantando um discurso no qual o papel da mulher seria o de seguir a “carreira doméstica”, conforme o autor. Ainda segundo ele, no contexto histórico educacional no Brasil, não demorou muito para que o magistério se tornasse uma emancipação feminina, proporcionando o trabalho feminino como se fosse uma “extensão da maternidade, o destino primordial da mulher.” (VERÍSSIMO, 1985, p. 127).

Contudo, isso trouxe também a possibilidade de adotar outra perspectiva para a vida das mulheres. Veríssimo afirmava que os costumes mudariam a qualquer momento e que não adiantaria lutar contra o que estaria por vir, logo era necessário criar pressupostos que dessem liberdade à mulher, mas ao mesmo tempo regulasse seu comportamento dentro da sociedade. Assim, a feminização do magistério foi essencial, atribuindo um papel de educadora não só no âmbito do lar, mas também da nação. Isso se dava também no meio literário.

Desse modo, a primeira educadora, o belo sexo, a mulher, como vimos no capítulo sobre a história da educação, passou desde conventos às escolas normais, pelos recolhimentos, internatos, pelos colégios confessionais. A experiência educativa das mulheres revelou diversidade, uma dinâmica significativa para o conhecimento da vida cultural baiana. Nos espaços reservados ao cuidado e à educação das crianças, das moças, das jovens e das senhoras, foram projetados papéis sociais, comportamentais que a fizeram e a obrigavam a ser somente dama e esposa, cumprindo com primor suas atividades domésticas e educativas dos filhos. A restrição da educação formal e da leitura era o espelho de uma ideologia e pensamento “equivocado” sobre suas capacidades intelectuais.

Em outra sequência discursiva, Belarmino (1871, p. 2) aponta outros pontos negativos relacionados à mulher no aspecto literário:

A litteratura tem ainda outros inconvenientes. O homem litterato aprofunda as questões; toma um assunto e estuda-o bem e limita os conhecimentos geraes a proporção que os estende sobre aquelle certo ponto.

Ao contrario a graça da mulher está n'uma conversa variada, justamente porque nada aprofunda. O litterato ainda cria um systema e por elle pauta todos os factos que encontra. [...]

Não seria ridiculo que a mulher quizesse livrar-se do amor estudando theorias?

Jorge Sand é uma grande romancista; sabe perfeitamente o que é o amor e os homens; muito bem. Por que foi infeliz no lar domestico com toda sua sciencia?

Branco e Brandão (1989, p. 95) dizem que é comum ouvirmos falar acerca do temperamento ou das realizações de mulheres como produto de uma percepção romântica do universo. “É evidente que tais idéias estão fundadas em antigos preconceitos, tentativas de afastar o trabalho ou a atuação feminina dos territórios da seriedade, rotulando-os de românticos.” Em contraposição a isso, Belarmino refere-se, ironicamente, ao fracasso no lar doméstico, que acredito ser o do matrimônio, à vida da romancista francesa Jeorge Sand, considerada por Perrot (2007) como uma “mulher escritor”, pois se utilizava desse pseudônimo masculino para escrever seus textos, falando de si no masculino, e para participar de reuniões e jantares compostos somente por homens, considerados papas das letras na França. Estes chegaram a dizer que Sand tinha um clitóris tão grosso quanto seus pênis. Sobre isso, para Perrot (2007), tais homens cultivavam uma misoginia licenciosa (ódio ou desprezo exacerbado à mulher), fundamenta-se numa crença na inferioridade em várias formas diferentes, através de piadas, pornografia ou do próprio desprezo que as mulheres são ensinadas, culturalmente, a sentir em relação às partes do seu corpo.

Authier-Revuz (apud Brandão, 2004, p. 60), afirma que em um texto pode haver uma heterogeneidade discursiva, um dialogismo com outros textos. No trecho seguinte, há essa heterogeneidade do discurso relatado pelo emprego do discurso indireto, pois Belarmino recorta palavras de Rousseau, o filósofo de Genebra, e cita-as por meio de aspas. O filósofo considera o trabalho de escrita, leitura e pensamentos dos homens melhores e tem excelência sobre o das mulheres, contudo, tem espírito, é observadora e ler melhor no coração dos homens. Óbvio por conta do romantismo, já dito anteriormente.

O philosopho de Genebra escreve perfeitamente sobre o assumpto:

“Os homens philosopharaõ melhor do que a mulher sobre o coração humano; mas ella lerá melhor do que elles no coração dos bomens [sic]. E’ ás

mulheres que toca achar por assim dizer a moral experimental; a nós cumpre reduzi-la a systema. A mulher tem mais espirito, e o homem mais genio; a mulher observa e o homem raciocina; deste concurso resultão a luz mais clara e a sciencia mais completa que pode adquirir o entendimento humano nas cousas moraes; o conhecimento mais seguro, em uma palavra, de si e dos outros, que esteja ao alcance de nossa especie. Eis ahi como a arte pode tender incessantemente a aperfeiçoar o instrumento dado pela natureza.

“O mundo é o livro das mulheres: quando o leem mal, é culpa dellas, ou alguma paixão as cega.”

Observemos em várias passagens discursos implícitos e explícitos sobre a ideologia daquela época. Orlandi (2003, p. 46) nos mostra que “o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer.” No seguinte trecho, Barreto (1871, p. 2) afirma: “Ora, physicamente, quando a mulher sente o imperio do amor, está habilitada pela natureza para inspiral-o e constituída em ordem a cumprir sua missão.” Implicitamente, o que é dito nas expressões “imperio do amor” e “cumprir sua missão”, relaciona-se com o termo “fisicamente”. A primeira expressão refere-se ao momento em que o corpo feminino, no ato sexual, concebe uma gestação. A segunda expressão categoriza o pensamento daquele contexto histórico, uma vez que a “missão”, o papel, o objetivo da mulher era a de ser mãe, dona de casa, criadora, a primeira educadora.

Ora, se considerarmos as formas de poder entre os sujeitos e os discursos utilizados para persuadir o leitor, podemos ver que as relações de dominação bem peculiares da ordem senhorial-escravocrata da época também se estendiam ao campo do confronto homem/mulher, mantendo esta última alheia e impotente para refletir acerca de sua própria condição. Do mesmo modo que a casa se constituía espaço exclusivo e restrito aos afazeres e prendas domésticas.

Belarmino Barreto, fazendo alusão à idade da mulher e à relação com o tempo de preparação “intelectual”, de maneira indireta, menciona Anna Autran, afirmando que:

Mas aos 16 annos, aos 17, que tempo se teve para ser-se litterata, para estudar?

Por outro lado vemos o espirito da mulher crescer rapidamente nas cousas que lhe são naturaes, e uma mocinha de 18 annos ser mais esperta em certos assumptos do que o homem aos 35.

Agora, reparaí que mal faria á mulher a pretenção que lhe poderia dar sciencia.

Vede em um salão a moça, em vez de ser modesta e amavel, tornar-se impertinete, tagarella e orgulhosa, e querer impor suas opiniões a todo

munho, discutir, argumentar, como se um baile fosse uma sessão do Instituto. (BARRETO, 1871, p. 2)

Belarmino defende o dom natural da mulher de ser mãe e cuidadora dos seus afazeres domésticos, assim não tinha razão, motivo ou tempo de buscar o estudo ou leitura. Quando cita a questão da idade, refere-se a Anna Autran, de modo indireto, pois a mesma tinha apenas quinze anos incompletos, porém, como afirma Leite (2005), ela, em seus textos, já mostrava uma grande sensibilidade para com a condição feminina no país. Decerto, tal fato incomodava as pessoas que frequentavam as reuniões familiares e os salões sociais.

Adjetivos são colocados como forma de caracterizar e distinguir as mulheres. A mulher dona de casa era “modesta e amável”. A que buscava o estudo ou o exercício da leitura era “impertinete, tagarella e orgulhosa”, discutia, argumentava e impunha opiniões.

Com base nos trabalhos desenvolvidos por Ducrot (apud Orlandi, 2003), Orlandi (2003) coloca que o posto (o dito) traz consigo, necessariamente, o pressuposto do não-dito, mas presente. O não-dito carrega ideias e discursos implícitos, velados no texto. Adiante, lê-se o trecho:

Supponhamos que essa mulher seja um genio. Um homem, em taes condições, a quem admirão portanto, tem conseguido tudo; a mulher não tem conseguido nada; porque a mulher para valer alguma cousa precisa o ser amada.

Não o digo eu; mas Beauchêne e Saint-Omer.

Beauchêne: “A admiração é um sentimento frio, que fica muito a quem dos desejos das mulheres para que os satisfação plenamente: comprehendem ellas que não é para ser admiradas que são bellas.”

Saint-Omer: “Uma mulher que só sabe fazer-se admirar é uma mulher nulla.”

A litteratura mata a amabilidade das mulheres. Sera o unico mal que lhes faz?

Não. (BARRETO, 1871, p. 2)

Belarmino sugere uma suposição: uma possível genialidade na mulher. Ao homem ele categoria, que sendo um gênio, ele tem “conseguido tudo”, já “a mulher não tem conseguido nada”. Para tanto, completa o parágrafo, para valer algo, seria necessário somente “ser amada”. E explica isso através de palavras de dois escritores da época. Tal efeito de sentido refere-se a utilização da estratégia de persuasão para justificar seu discurso. É utilizada, novamente, a heterogeneidade do discurso direto com duas citações, uma de Beauchêne e

outra de Saint-Omer. Dizem eles que a mulher não pode viver somente de admiração da sua beleza. Ela precisa ser amada. O termo “amada”, nesse sentido, provoca uma série de sentidos: o de ser amada pelo homem; o de ser mulher e esposa; o de ser a dona do lar; o da servidão.

Uma afirmação, um questionamento e uma resposta finalizam o texto: “A litteratura mata a amabilidade das mulheres. Sera o unico mal que lhes faz? Não.” (BARRETO, 1871, p. 2). Decerto, tal pergunta produz o efeito de sentido de existência posterior, entendendo que outro texto intitulado *A mulher e a litteratura* será enviado ao jornal *Diário da Bahia*, compondo o debate que entrou para os anais da história da imprensa baiana.

A rigor, com os empréstimos de sentidos dados aos textos, abrangem o dito e não-dito por seus autores, relacionando-os como o modo que a educação feminina era tratada na época, como também o aspecto literário. Como afirma Leite (2005), sobre o meio histórico educacional, dos conventos às escolas normais, passando pelos recolhimentos, internatos, colégios confessionais ou nas próprias residências, a experiência educativa das mulheres revelou diversidade, complexidade e uma dinâmica significativa para o conhecimento da vida cultural baiana no século XIX. Nos espaços reservados ao cuidado e a educação das crianças, das moças, das jovens e das senhoras, foram projetados, pelos conservadores, papéis sociais, que nem sempre foram cumpridos por elas. Espaços de muitas vivências para a instrução, formação e socialização, mas também, para a transgressão de normas e condutas. Transfere-se a esse pensamento às reflexões de Anna Autran e Belarmino Barreto, na condição de defensores de suas ideias, considerando-os como sujeitos interpelados por ideologias, condizentes como a sociedade da época.

## 6 PALAVRAS FINAIS

Apoio-me nas ideias de Leite (2003), quando ela afirma que a educação se constrói sob o signo das ideologias e das relações de poder, portanto, das relações culturalmente estabelecidas entre os sexos, classes, etnias e gerações. Ao estudar os textos, *A mulher e a literatura*, publicados no jornal *Diário da Bahia* em 1871, isso ficou claro para mim. O pensamento de uma época sobre o acesso à educação e a busca pela leitura e escrita feminina permeiam a temática dos documentos, estabelecendo os discursos utilizados por seus autores para defender seus pontos de vista. Autoras, como Anna Autran, com seus conselhos e breves reflexões sobre as próprias inquietações, favoreceram a atualização do debate sobre as questões femininas, contestando, mesmo que, ainda, de uma forma discreta, as imposições ideológicas, como as de Belarmino Barreto, que impediam a liberdade de ação das mulheres e, conseqüentemente, a sua participação efetiva na vida da sociedade brasileira.

Assim, nas análises, percebi que a poetisa defende a inserção das mulheres no contexto literário, admitindo que o seu papel de dama e madame na sociedade não refuta o fato de estar inserida na literatura de sua época. Belarmino Barreto, jornalista e dramaturgo, assumindo uma postura conservadora e machista, menospreza o ser feminino nos ambientes onde os homens até então estavam à frente.

Sobre a condição de leitoras, direito conquistado em meio a grandes discussões e enfrentamentos, a partir de meados do século XIX, as senhoras e senhoritas das elites foram construindo um projeto de educação e cidadania feminina que redesenhou uma certa visibilidade, proporcionando o exercício de funções na esfera extra-doméstica até então inimagináveis: publicação e divulgação de produções literárias, colaboração em periódicos brasileiros e estrangeiros, edição de jornais femininos, fundação de academias, admissão nos institutos e academias oficiais de letras, participação em movimentos sociais (LEITE, 2005).

Concordo com o pensamento de Leite (2005), quando ela enfatiza que as mulheres pioneiras na defesa dos direitos femininos, sejam eles educacionais ou na área da leitura, desenvolveram um trabalho emancipatório considerável para os futuros movimentos feministas. Para Leite (2005, p. 305), “As expressões de solidariedade feminina – elogios mútuos, divulgações das obras publicadas, realizações de perfis e biografias – tão comuns na imprensa produzida por mulheres, significou um capítulo da nossa cidadania.”

Nas análises, os sentidos das palavras descritas por Autran vão além do exaltar a “liberdade de pensar” das mulheres. A escritora buscava, ao mesmo tempo, permitir-lhe a liberdade de poder circular no campo das Letras; nos encontros; nos escritos; no mercado de



trabalho, utilizando o fazer literário como profissão e, obviamente, como descreve em seus textos, como lazer, distração e inquietude. Assim, pois, pensava na liberdade da vida, com direito ao lazer, uma socialização mais ampla e, mais além, uma profissionalização.

Ao recolher como objeto de análise os documentos *A mulher e a literatura*, objetivei estudar, com base no dispositivo metodológico da Análise do Discurso de Linha Francesa, a educação feminina, meados do século XIX, relacionando-a como o papel das mulheres como leitoras e escritoras, e o modo como eram percebidas pelos homens e por elas mesmas. Assim, por meio do resgate dos textos, através dos pressupostos teóricos e metodológicos da AD, auxiliado pela Filologia Textual, percebo, pois, as posturas distintas de Anna Autran e Belarmino Barreto, uma vez que as reflexões e discursos da escritora giravam em torno da ideia de que a mulher possuía capacidade intelectual e literária igual a dos homens. Dessa forma, na visão da escritora, contrariando as expostas por Belarmino, não havia incompatibilidade alguma entre o exercício das profissões e, ainda, conforme o estudo, vislumbrava um resultado positivo no lar doméstico, que era o fato de a mulher se realizar, enquanto senhoritas, madames e senhoras de casa. Por isso, o fato de ser madame não a distanciava da necessidade de ser literata e, ao mesmo tempo, reivindicar um lugar na sociedade que até então somente os homens detinham preferência. Portanto, a Filologia e a AD colaboram para a compreensão do pensamento e do patrimônio escritural e cultural de uma época.

Como vimos, a Análise do Discurso toma como objeto de estudo a produção de efeitos de sentido, realizada por sujeitos historicamente situados, dessa forma, configura-se como um dispositivo metodológico, na medida em que permite entender o papel dos discursos na produção de identidades sociais. O confronto de ideias dos escritores estudados revela resistências, inquietações e incertezas sobre o tema do pertencimento intelectual e moral das mulheres. Seus discursos parecem que se aproximam e se distanciam, na medida em que utilizam estratégias para defender, denunciar e anunciar seus argumentos.

Finalizo aqui dizendo que deixo esse estudo para novas e novas leituras, pois, como afirma Orlandi (2003, p. 64), “uma vez analisado, o objeto permanece para novas e novas abordagens. Ele não se esgota em uma [única] descrição [...]” Dessa forma, as considerações que descrevi, depois de resgatar, transcrever e estudar os textos *A mulher e a literatura*, não são propriamente “conclusões” formais. Os sentidos, por isso, estão em aberto, para outras significações, outros modos de ler, outras escritas.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ângela Maria de O.; BERNARDES, Elizabeth Lannes; SANTOS, Maria de F. Subordinação e rebeldia: elementos da história da mulher. **PORTAL UFMT**. Mato Grosso. 2003. Disponível em: <[http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev11/subordinacao\\_e\\_rebeldia\\_o\\_pael\\_da\\_mulher.htm](http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev11/subordinacao_e_rebeldia_o_pael_da_mulher.htm)>. Acessado em: 14 de maio de 2012.
- ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2002.
- AUTRAN, Anna. A mulher e a litteratura. **Diário da Bahia**, Bahia, 02, ago. 1871. Publicações a Pedido, p. 4.
- BARRETO, Belarmino. A mulher e a litteratura XVI. **Diário da Bahia**, Bahia, 08 out, 1871. n. 227. Comunicado, p. 2.
- BESSA, Raimunda Alvim Lopes. Mulheres na História da Literatura Brasileira. Encontro Regional da ABRALIC. **PORTAL ABRALIC**. 2007. Disponível em: <<http://www.abralic.org.br/enc2007/anais/400/702.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2010.
- BONATO, Nilda Costa. Feminização do Magistério: Contribuições da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino - 1922. **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação- Anped**. 2001. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT02-3437--Int.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2013.
- \_\_\_\_\_. Feminização do Magistério: vestígios do passado que marcam o presente. **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação- Anped**. 2002. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/trabalhos/GT12-2457--Int.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2013.
- BRANCO, Lúcia Castelo; BRANDÃO, Ruth Silviano. **A mulher escrita**. Rio de Janeiro: Casa-Maria Editorial: LTC-Livros técnicos e Científicos Ed ,1989.
- BRANDÃO, H. H. N. Análise do discurso: leitura e produção textual In: SANTANA NETO, J. A. D. (Org.). **Discursos e análises**: coletânea de trabalhos. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2001. p. 11-22.
- \_\_\_\_\_. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.
- CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à Crítica Textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CASTRO, Dinorah. **A mulher submissa**: teses da Faculdade de Medicina da Bahia no século XIX. Salvador: Press Color, 1996.
- CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**: conversas de Roger Chartier com

Carlos Aguirre Anays, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Sabotir. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

COELHO, Nely. A Emancipação da Mulher e a Imprensa Feminina no século XIX. **Educação & Comunicação**, Revista Pública em Lisboa. v. 1. 2005.

EL FAR, Alessandra. **O livro e a leitura no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. 16. ed. SP: Loyola, 2008.

GOULEMONT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentidos. In: BORDIEU, P. et al (org.). **Práticas da Leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 107-119.

LAGAZZI, Susy. Algumas considerações sobre o método discursivo. In: \_\_\_\_\_. **O desafio de dizer não**. Campinas, SP: Pontes, 1988. cap. 7. p. 51-57.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A Formação da Leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.

LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. Educação feminina na Bahia: História e memória (séculos XIX e XX). **FACED – Universidade Federal De Uberlândia**. Disponível: <<http://www.faced.ufu.br/columhe06/anais/arquivos/428MarciaMariaLeite.pdf>>. Acessado em: 27 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. **Entre a tinta e o papel: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920)**. Salvador: Quarteto, 2005.

MAINGUENEAU, D. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Pontes & Editora da Unicamp, 1989.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PROUST, Marcel. **Sobre a leitura**. trad. Carlos Vogt. 3. ed. SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso**. Campinas: Pontes, 2003.

RIBEIRO, Anilda Miranda. Mulheres e Educação no Brasil Colônia: História Entrecruzadas. **Portal UNICAMP**. São Paulo. 2006. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos\\_pdf/Arilda\\_Ines\\_Miranda\\_Ribeiro2\\_artigo.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Arilda_Ines_Miranda_Ribeiro2_artigo.pdf)>. Acesso em: 05 fev. 2013.

RIBEIRO, Maria L. S. **História da educação brasileira**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

RUBIM, Antonio Albino Canelas Rubim; RAMOS, Natália. (Orgs.) **Estudos da cultura no Brasil e em Portugal**. Salvador: EDUFBA, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**: teorias da educação, curvatura da vara. 32. ed. Campinas, Autores Associados, 2003.

SILVA, Kátia Maria de Carvalho. **O diário da Bahia e o século XIX**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Brasília: INL, 1979.

SPINA, Segismundo. **Introdução à Edótica**: Crítica Textual. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Ars Poética/ Edusp, 1994.

VERISSIMO, José. A Educação da Mulher Brasileira. In: \_\_\_\_\_. **A Educação Nacional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p. 120-131.